



**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ**

Poder Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**PROPOSTA PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
DE TELÊMACO BORBA - MARCO CONCEITUAL**

Telêmaco Borba

2012

FUNDAMENTOS DA PEDAGOGIA SÓCIO- HISTÓRICA

Homem/ sociedade/educação

Como ser histórico situado num contexto sócio-político-econômico o homem tem suas necessidades diretamente determinadas pelas relações sociais de produção.

A sociedade é o conjunto dos grupos humanos que interagem e relacionam-se de acordo com as condições determinantes de cada nação, cultura e classe social. A sociedade capitalista é formada, marcada e determinada por processos contraditórios e lutas de classe por conta das diferenças políticas, econômicas, históricas e culturais.

Assim, o processo educacional, como práxis social também depende, para seu desenvolvimento, de um conjunto de fatores relacionados à esfera das condições reais de trabalho e produção.

Não é possível esperar que a sociedade melhore e se transforme sem que se pense e se projete as mudanças necessárias na educação. Como mediadora do processo constitutivo do ser humano. Apesar de seus limites e dificuldades, a escola deve posicionar-se frente às necessidades humanas e contemplar a elevação da condição social, material e histórica dos educandos. É necessário lutar para que os sujeitos envolvidos no processo educacional tenham condições de manter sua integridade moral e sua dignidade como fatores necessários para que a transformação social aconteça, pois são os sujeitos como seres sociais que, conscientes das necessidades de sua sociedade, poderão pensar nas formas de mudar a realidade na qual estão inseridos. Essa transformação na consciência do educando é que se constitui no objetivo maior da educação escolar.

O educando precisa, primeiramente pelo domínio do conhecimento - da linguagem em suas várias formas, das ciências de modo geral - tornar-se parte desse universo que lhe é oferecido pela cultura socialmente elaborada. Sem dúvida, este é o ponto de partida da educação escolar. No entanto, é também essencial que ele, a partir desse conhecimento, estabeleça as relações entre o saber adquirido, as experiências vivenciais, as relações de trabalho e produção, as necessidades sociais e individuais, para que transcenda os limites da consciência ingênua e do senso comum que o caracterizam. Só quando se conhece bem uma realidade, torna-se possível pensar em transformá-la. A

educação é responsável por fazer com que o educando adquira esse conhecimento de vital importância. Ela não é a responsável direta pela transformação social, mas tem um papel importante nesse processo que não pode ser negado.

Não existe separação entre a vida prática e sua representação teórica - pois ambas constituem-se práticas sociais. Como as práticas sociais diferem nas diversas culturas humanas, sendo tantas as práticas como são diversas as sociedades; assim também, os conhecimentos teóricos elaborados a partir delas, nem sempre são acessíveis a todos e necessitam de uma compreensão mais aprofundada dos processos sociais e históricos que as determinaram. A elaboração dos processos cognitivos depende em princípio, dessa compreensão, para que aconteça o estabelecimento de relações entre os vários conceitos e conhecimentos. O estabelecimento destas relações, por sua vez, determinará a aprendizagem. A sistematização do conhecimento é fator importante para que se construam os conceitos, a partir do conhecimento inicial. Sendo assim, é notória a necessidade de se garantir a todos o acesso a esse conhecimento, como condição importante para o desenvolvimento humano social e a escola é a instância social que deve orientar tal procedimento, possibilitando ao aluno esse acesso.

O sistema de divisão de classes, no Capitalismo, vem determinando a apropriação e o domínio do conhecimento por uma minoria que o utiliza conforme seus interesses, principalmente para a manutenção do *status quo* que favorece as classes dominantes, tendo como objetivo o lucro em todas as dimensões. Neste sentido estas classes precisam que os mecanismos de exploração sejam ocultados e, por essa razão, procuram inculcar nas pessoas a idéia de impossibilidade de mudanças, por culpa das próprias vítimas dessa exploração. Ex: O pobre vive nessa condição porque se acomoda... Não tem saúde porque é relaxado... Enfim, a ideologia da pobreza “que cria sua própria desgraça, porque não se empenha em mudar sua vida” é um dos fatores que contribui para o agravamento dos problemas sociais.

Ocultam-se assim que o responsável pelos problemas sociais é o regime capitalista, que, em sua lógica, exige do trabalhador além da sua força de trabalho, também o dispêndio de suas energias mentais; não lhe concedendo os direitos e prerrogativas de sua condição de assalariado. Na maioria dos casos, mesmo nas horas em que deveria desfrutar do lazer junto de sua família, o empregado é obrigado a fazer horas extras ou dedicar-se a outra atividade para complementar sua renda. Além disso, o conhecimento segundo o Capitalismo passa a depender das condições financeiras das pessoas e os pobres não possuem essas condições que são necessárias para adquirir: livros, materiais

escolares, tecnologias modernas e não lhes são oferecidas condições como tempo livre para estudo (aluno trabalhador).

Como o Estado está organizado nas perspectivas do atendimento às demandas do Capitalismo, os recursos para a educação, condicionados a essa lógica, serão aqueles que sobram das demandas do capital, porque seu dispêndio não visa lucro. Assim sendo, nas localidades em que os órgãos competentes não procuram reverter esse quadro, a escola fica empobrecida e “faz o que pode” para contornar suas dificuldades, mantendo um ensino pobre para o pobre. Maquia-se a realidade da educação, com a criação de ideologias que oferecem falsas esperanças de transformação dessa realidade. As práticas que acontecem nas escolas seguem essa linha ideológica, produzindo quantitativamente índices inverídicos de escolarização das classes populares, deixando de lado a questão qualitativa da educação, necessária à população que poderia garantir sua verdadeira formação social e cidadã.

As propostas educacionais, na maioria das vezes, minimizam a necessidade do domínio do conhecimento por todas as pessoas e maximizam a importância dos índices de escolarização para efeito das estatísticas a serem mostradas como resultado das políticas implantadas. Estas, por sua vez, demandam recursos altíssimos mal distribuídos e mal utilizados. Os conteúdos são reduzidos, com a desculpa de que se quer facilitar a sua compreensão para o aluno. Isto, além de caracterizar uma discriminação (julgando que o aluno pobre não é inteligente), acaba barateando a formação acadêmica dos alunos das classes populares. Porém, a escola que está a serviço da transformação social, deve oferecer ao seu aluno, de qualquer classe, um ensino de qualidade que lhe garanta as condições para que possa compreender seu papel social e realmente efetivá-lo na prática.

É imprescindível compreender também que algumas ideologias só promovem a desunião no trabalho escolar, colocando como opositores entre si, professores, pais e alunos, ao invés de promover a interação desses sujeitos e assim desenvolver a política de colaboração em torno do mesmo objetivo que é melhorar a qualidade da escola pública.

Nesse sentido, torna-se necessário considerar alguns procedimentos que poderão facilitar essa interação e promover melhorias no resultado do trabalho educativo:

1. *clarificar para os pais as dificuldades dos professores em seu trabalho;*
2. *procurar saber e entender as causas que impedem os pais de participarem ativamente da vida escolar dos filhos;*
3. *unirem-se todos em torno dessa luta pela conquista dos recursos necessários ao*

bom funcionamento da escola;

4. ofertar e garantir uma boa formação continuada aos professores, a efetiva aprendizagem dos alunos e conseguir a participação dos pais na escola.

É preciso que todos: professores, pais, alunos, funcionários e comunidade compreendam que pertencem a uma mesma classe social (a dos trabalhadores) e que, sendo assim, devem unir-se na luta pela transformação social, pela busca de melhores condições de vida e pelos direitos à educação de qualidade para todos. Esta consciência de classe é que deve permear todo o processo educativo na escola.

A escola é a instância onde acontece de forma sistematizada a transmissão do saber elaborado constituído de teorias e conceitos que são aceitos como conhecimento científico. Mas as teorias constituem visões de mundo de quem as criou e são determinadas pelas condições de classe de seus elaboradores, estando por isso sujeitas a distorções ideológicas que podem conduzir a interpretações parciais da realidade.

Segundo Snyders (1974), o que constitui o diferencial entre as pedagogias e que as define como progressistas, reacionárias ou conservadoras, são os conteúdos. É pelo que diz, pelo que explica, a partir da visão de homem que se quer formar e da concepção de sociedade que uma pedagogia pode ser julgada.

Snyders afirma que: o conteúdo, o saber ensinado é dominante e a forma que é subordinada. (id, p. 310).

Sendo assim, é possível afirmar que para a renovação de uma proposta pedagógica é necessária a renovação dos conteúdos curriculares.

O eixo básico da pedagogia marxista é a relação dialética entre dois movimentos interdependentes: continuidade e ruptura que estão, por sua vez, profundamente imbricados na estrutura do movimento contínuo do processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos curriculares, deles dependendo a sua renovação. Sendo também o processo de ensino, por sua natureza, um movimento dialético, deve promover, ora a continuidade, ora a ruptura, buscando ininterruptamente a transformação.

Neste sentido, para que o presente estado de coisas sofra transformação, é necessário que sejam valorizados inicialmente os saberes do senso comum (empíricos) do aluno, tornando-se o ensino uma continuidade da vida, trabalhando a partir do senso comum na direção do saber elaborado, que constitui o movimento de ruptura.

A ruptura (no ensino) pode ser interpretada como o movimento pelo qual o professor introduz conhecimentos novos que ocasionam o rompimento dos conceitos e das

experiências vivenciais empíricas do senso comum, levando os educandos à ruptura com os conceitos do senso comum pela percepção da necessidade de confrontar os conhecimentos adquiridos e os conhecimentos do senso comum à sua análise, revelando suas contradições, as coincidências e as diferenças entre ambos. A seguir o professor conduzirá os alunos à elaboração de conceitos (agora científicos) que serão então internalizados, constituindo-se na síntese continuidade/ruptura que, confrontada, determinará nova continuidade e nova ruptura, em processo contínuo de transformação. A cada aprendizagem nova, nova reelaboração e nova síntese deverá acontecer. Por esta razão, o ensino nesta perspectiva é transformador das consciências tanto de alunos, quanto de professores.

Os conteúdos devem favorecer o desenvolvimento da dialética continuidade/ruptura e esta, por sua vez, os determinará. Devem ser provocadores, levando o aluno a pensar, questionar-se e refletir sobre a sua aplicação e sobre as relações que podem ser estabelecidas entre as áreas do conhecimento. O encontro com idéias novas e novos saberes a partir das experiências adquiridas é que vai propiciar a ruptura com o senso comum. O papel do professor é de suma importância nesse processo, pois é ele que precisa estabelecer com o aluno as relações entre os conteúdos, através de um profundo conhecimento das raízes epistemológicas dos mesmos.

O conhecimento científico e o seu processo de produção, transmissão e assimilação é o aspecto fundamental no processo educativo.

Os conteúdos precisam ser relevantes, terem ressonância na vida dos educandos, devem ser um prolongamento daquilo que os alunos esperam e necessitam, “necessários à vida”, como afirmava Vygotsky. Os saberes envolvidos nestes movimentos são os conhecimentos dos alunos, os saberes do professor, os saberes culturais e a história do conhecimento.

Educação e Trabalho

Segundo Saviani (1991), como prática social e como resultado do trabalho humano nas suas relações sociais, o trabalho pedagógico é considerado um trabalho não material. A experiência e o conhecimento produzido pela humanidade resultam da transmissão e da incorporação destes, de geração em geração, através da cultura e da educação.

Educação e trabalho são atividades humanas específicas desenvolvidas intencionalmente, comportando duas visões antagônicas: conservação e a mudança. Estes

dois movimentos são a síntese da atividade humana pois estão presentes na prática social. A sociedade produz a desigualdade social e esta é acentuada pela excessiva produção de riquezas e acúmulo de capitais por uma minoria privilegiada que concentra a distribuição da renda e o poder em suas mãos, enquanto a grande maioria se vê às voltas com a necessidade mais premente de sobrevivência, muitas vezes sem as mínimas condições de dignidade para sua existência, como trabalho, saúde e educação.

A escola vem reproduzindo sistematicamente esse conflito, pois reforça pela estrutura, organização e ações, a dualidade: trabalho manual e intelectual; formação geral e específica, humanista e técnica; teórica e prática. Essa visão dicotômica da prática social e da sociedade deve ser revista e superada pela natureza histórica e social que comporta além dos conflitos, a continuidade, a descontinuidade, a coexistência, os consensos, conforme as necessidades que se colocam no espaço das contradições, objetivando o equilíbrio de bens e de forças. (id)

A escola

A escola é considerada pela classe trabalhadora como espaço para a transformação social onde pode ter acesso ao conhecimento elaborado e deve viver a democracia em todas as suas práticas. Sendo assim, é necessário que a escola seja reorganizada para possibilitar, não só a efetiva apropriação de conhecimentos, mas de procedimentos para sua produção e a real vivência democrática.

Nesta concepção pedagógica cabe ao professor viabilizar as condições de apropriação do saber com base num princípio fundamental da organização sistemática da sua ação – a prática conceitual e metodológica, pela qual ele deve realizar a mediação entre o saber do senso comum e escolar com o conhecimento científico e cultural mais elaborado.

Para que isto seja possível, o professor precisa de competência pedagógica que possibilite as inter-relações dos diversos conteúdos e disciplinas, os métodos, os objetivos e a avaliação.

Snyders (1971, p. 315) coloca a troca dialética como mais importante que o diálogo, pois este nem sempre é verdadeiro. O professor precisa aceitar as idéias dos alunos em princípio, para depois esclarecer a verdade do conceito em questão, não se tornando um oponente do aluno, pois “se a verdade do mestre for o contrário da verdade daquilo que o discípulo julgava ser a verdade, o mestre não pode ser senão o oponente do discípulo, vai

opor-se ao discípulo, reduzindo-o a um quase-silêncio.”

Muitas vezes, o professor não entende ou não aceita as argumentações e o raciocínio do aluno, criando em sala de aula uma situação complicada que pode levar o aluno a sentir-se inferiorizado perante a turma fazendo com que ele se cale, se revolte ou se torne apático. Por essa razão, é importante que o professor, em princípio, ouça o aluno em seu raciocínio ou em suas hipóteses e, depois, argumente com ele sobre os mesmos, sem expô-lo desnecessariamente perante a classe. Este procedimento, certamente favorecerá a interação professor/aluno, valorizando a relação entre ambos e promovendo a aprendizagem.

A tecnologia na escola

“ As tecnologias são importantes mas apenas se soubermos utilizá-las. E saber utilizá-las não é apenas um problema técnico.” (Dowbor,L, 2001)

O desenvolvimento tecnológico, desde o uso da machadinha, na Idade da Pedra Lascada, até a era da informática, representou avanços muito significativos para a humanidade. Através das tecnologias primitivas, apesar de rudimentares, criou-se a cultura, teve início e desenvolveu-se a atividade do trabalho humano.

Nas primeiras comunidades, cultivar a terra era algo temporário: era necessário locomover-se em busca de novas terras férteis. No passar dos séculos, com a invenção de alguns instrumentos agrícolas, o homem pôde, finalmente fixar-se, trabalhando a terra e podendo explorá-la melhor.

Mais tarde, com a escrita, a invenção da imprensa, do telégrafo, do correio, foi possível dinamizar-se o processo de comunicação entre as pessoas mesmo à distância.

Entre as TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) convencionais, estão as inscrições e desenhos rupestres encontradas nas cavernas e sítios arqueológicos, a pedra Roseta, a escrita em pergaminho, em papiro, o papel, o livro manuscrito, a tipografia, o livro impresso, a litografia, a fotografia, o fonógrafo, o disco de vinil, o jornal, o cinema em celulóide, o rádio, o telefone, a televisão, o vídeo. Tudo isto constitui a Tecnologia da Informação e Comunicação, mesmo em seu formato convencional, pré-digital.

O livro, a fotografia, o som gravado, o jornal, o cinema, o rádio, a televisão, o vídeo, o telefone e outras tecnologias convencionais, acabaram tornando-se também digitais – ou

recebendo similares digitais. Dessa forma, quando se fala, por exemplo, em Livro, sem discriminar se é manuscrito, impresso, ou digital, fala-se de uma categoria genérica, da qual o livro manuscrito, o livro impresso e o livro digital são espécies. O livro manuscrito e o livro impresso são TCs convencionais, o livro eletrônico ou e-book é TIC digital.

A máquina fotográfica, o telefone, o cinema, o rádio e o televisor tiveram papéis fundamentais na história da comunicação e da veiculação de informações na sociedade. Estas tecnologias não representam somente um avanço na comunicação, mas expressam principalmente o desenvolvimento da inteligência e do pensamento humano. Tais recursos inserem-se num contexto amplo: o sistema econômico, social e político. Na medida em que este sistema evolui, exige maior necessidade da utilização destes recursos que, por sua vez, impulsionam o desenvolvimento da sociedade, contribuindo para a ampliação e a divulgação dos pensamentos divergentes que a movem e para formação de novos valores e paradigmas.

Quando se fala em tecnologia, o comum é pensar-se logo em computadores, Internet. Mas, tecnologia é muito mais que isso: há tecnologia nos lápis que usamos, no quadro de giz, nos livros, nas cadeiras em que sentamos, na roupa que vestimos. Basta lembrar na revolução social causada pelo advento da imprensa.

É possível imaginar uma escola, hoje, sem livros, sem material impresso?

A chegada da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) às escolas evidencia desafios e problemas relacionados aos espaços e aos tempos que a utilização das tecnologias convencionais e das novas provoca nas práticas que ocorrem no cotidiano dessas instituições. Para entendê-los e superá-los, é fundamental reconhecer as potencialidades das tecnologias disponíveis e a realidade em que a escola se encontra inserida, identificando as características do trabalho pedagógico que nela é desenvolvido, de seu corpo discente e docente, de sua comunidade interna e externa. Esse reconhecimento favorece a incorporação de diferentes tecnologias (computador, Internet, vídeo) existentes na escola à prática pedagógica e a outras atividades escolares, nas situações em que possam trazer contribuições significativas do ponto de vista da aprendizagem. As tecnologias são utilizadas de acordo com os objetivos educacionais e as estratégias mais adequadas para alcançá-los.

No processo de incorporação das TICs nas escolas, aprende-se a lidar com a diversidade, a abrangência e a rapidez de acesso às informações, bem como novas possibilidades de informação e interação, o que possibilita novas formas de aprender, ensinar e produzir conhecimento, que se sabe incompleto, provisório e complexo.

O trabalho na escola lida todo o tempo com tecnologia mas raramente a produz. O que as tecnologias digitais nos trazem de especial é, justamente a possibilidade de ampliação do conhecimento, de sua produção, divulgação e compartilhamento.

Inserir-se na sociedade da informação tecnológica não quer dizer apenas ter acesso às TICs, mas principalmente saber utilizá-las para a busca e a seleção de informações que permitam a cada pessoa resolver problemas do cotidiano, compreender o mundo e atuar na transformação do seu contexto social.

A sociedade, chamada por alguns de *sociedade da tecnologia*, *sociedade do conhecimento* ou ainda *sociedade da aprendizagem* caracteriza-se pela rapidez e a abrangência de informações. A realidade do mundo atual requer um novo perfil de profissionais e de cidadãos que coloca para a escola novos desafios. Encontramos no cotidiano, situações que demandam o uso de novas tecnologias as quais provocam transformações em nossa maneira de pensar e de nos relacionarmos com os objetos e com o mundo.

No bojo das mudanças tecnológicas, culturais e científicas, não há como prever quais serão os conhecimentos necessários para a vida em sociedade e no mundo do trabalho daqui a alguns anos. O desafio atual do sistema educacional é formar alunos para a cidadania responsável e para que sejam eternos aprendizes, que tenham autonomia e saibam selecionar informações úteis na produção de conhecimentos para a resolução de problemas da vida e do trabalho. Os alunos precisam ser preparados para utilizar os sistemas culturais de representação do pensamento que marcam a sociedade contemporânea, o que implica na necessidade de novas formas de alfabetização e letramento (sonora, visual, hipermídia etc) próprias da cibercultura, além das formas já conhecidas.

Princípios de Cidadania e da Ética

Cidadania é o conjunto de direitos e deveres inerentes à vida de cada indivíduo humano. Desde o nascimento, já se pode considerar um ser humano como mais um cidadão que passará a fazer parte de uma determinada sociedade, sujeito com direitos e deveres. A cidadania é portanto uma condição de “ser” humano. Não é apenas um direito político que se adquire através das ações realizadas na vida social.

O ser humano começa a sua vida inserido na sociedade e dela participa, inicialmente através da documentação legal. Porém, esses são os seus mínimos direitos de cidadania.

O exercício verdadeiro da cidadania requer que cada cidadão seja respeitado, educado, que tenha condições dignas de saúde, trabalho, moradia, lazer, acesso à cultura geral, liberdade política e religiosa, direito de ir e vir, para que possa atuar na sociedade tendo sua cidadania vivida, realizada, ampliada, através dos direitos que sua condição de cidadão lhe garante.

O exercício pleno da cidadania passa pela questão dos deveres que leva cada indivíduo a procurar viver de acordo com os princípios que regem a sociedade da qual faz parte.

O exercício dos deveres de cidadania está intimamente ligado aos princípios de ética e aos valores sociais que a norteiam.

A educação tem importante papel na formação das pessoas como constituidora e transformadora de sua consciência para o exercício da cidadania.

Assim, o homem/ a mulher, adultos, jovens e crianças, constituem-se cidadãos de direitos e deveres e devem ter assegurada a dignidade de sua condição.

O QUE APRENDER/ENSINAR? PRÁTICA PEDAGÓGICA – RELAÇÃO DIALÉTICA: PROFESSOR/ALUNO/CONHECIMENTO

Na verdade o que o professor ensina não se opõe à atividade já praticada pelo aluno ou a seus conhecimentos, mas prolonga e amplia estas duas dimensões. Não toma direção contrária à vida do aluno, mas distingue-se dela: a relação professor/aluno não é horizontal, mas também não se define como hierarquia entre potências estranhas e exteriores uma a outra. Isto acontece porque o conteúdo que se vai ensinar implica a síntese continuidade/ruptura, na unidade teoria/prática, uma atividade vivida associada à existência, às condições de existência e ao conhecimento dessas condições.

Sendo assim, **a função precípua da educação** é a transformação das consciências. Por isso, a verdadeira ciência não pode ficar na aparência alienada, mas deve estabelecer laços internos, isto é, atingir as consciências produzindo nelas a transformação pela compreensão crítica da realidade.

O professor nesta perspectiva é o agente de transformação e deve desenraizar as concepções do senso comum, pois não se pode continuar fiel às experiências vividas – e ele deve ser aquele que dirige – conduz até o conhecimento teórico e às atitudes práticas a partir das experiências.

O objetivo a atingir pelo professor não deve ser contrário à realidade do aluno, mas seu complemento e seu desenvolvimento.

Para tanto, a reflexão sobre a ação cotidiana realizada marcará a orientação para o planejamento das ações futuras. Na ação pedagógica está presente, de modo mais elaborado, a síntese continuidade/ruptura.

O objetivo do ensino é realizar a síntese continuidade/ruptura: a intervenção do professor poderá revelar aos alunos o valor e a coerência de outras culturas, promovendo através de novos conhecimentos o rompimento com conceitos do senso comum e fazendo o aluno penetrar em um novo mundo de valores e saberes.

O Papel do professor será o de levar o aluno a aplicar alguns princípios diretores que permitem:

- a) *estabelecer relações entre as áreas do conhecimento;*
- b) *analisar as próprias opiniões nas relações com suas experiências efetivas (elaborar conceitos novos);*
- c) *crescer, apropriar-se da riqueza socio-cultural, tornar-se co-participante na produção do patrimônio cultural;*
- d) *transformar-se a si mesmo – relacionando-se com os recursos humanos externos;*
- e) *exercer atividades físicas (corporais) e sociais.*

Segundo Wallon, (citado por Snyders, p. 333) “desde o começo da vida a criança está em relação com os outros” (...) e “a actividade do corpo e as emoções são os primeiros comportamentos humanos” e precisam ser valorizados como formas de linguagem – “meios de expressão e de comunicação com os que a rodeiam: a criança desde o nascimento é um ser socializado, anexado à sociedade.” (id).

Estes princípios de Snyders constituem um roteiro facilitador para o planejamento, a organização e o desenvolvimento de uma prática que considera todos os aspectos da aprendizagem.

A Cultura

A **cultura**, não é privilégio da elite social, ou de grupos de pessoas com maior poder econômico, que tiveram maiores oportunidades na vida e, por essa razão, estudaram mais... A cultura não se refere, portanto **apenas** à formação intelectual das pessoas. É, isto sim, um conjunto amplo de fatores sócio-históricos que, pela ação humana desenvolveram-

se de várias formas e foram se transformando, conforme as civilizações humanas foram evoluindo.

Assim sendo, desde o início da vida humana na Terra, **a cultura existe**, como produto da atividade dos homens. Ao criar a primeira roda, ao utilizar pela primeira vez o fogo, ao desenhar nas paredes das cavernas as aventuras de caça, o homem primitivo começou a criação cultural da humanidade. Depois, no decorrer dos séculos, a cada ato humano, a cada descoberta nova, esta cultura foi se enriquecendo e ampliando, até tornar-se o que hoje conhecemos e, será assim continuamente.

Alguns sentidos da palavra *cultura* que encontramos nos dão a idéia do termo com maior clareza: a palavra cultura vem do Latim “*cultura-ae*” e tem sua raiz no verbo *colo-colui-cultum-colére*, que tem os seguintes significados: ***encontrar-se habitualmente, cultivar, morar em, cuidar de, adornar, proteger, ocupar-se de, realizar, cumprir, praticar, honrar, venerar, respeitar.***

Como se pode perceber, os significados da palavra cultura são muitos e expressam realmente tudo aquilo que faz parte do devir humano (o desenvolvimento do homem em sua existência desde o começo da humanidade). Realmente o homem é um ser social, cultiva a terra para alimentar-se, cultiva suas amizades, precisa de um lugar para morar, cuida de suas propriedades, sua família, tem senso estético, protege sua vida e a dos seus, trabalha, para realizar-se sustentar-se, e possui valores que o levam a realizar ações, a honrar sua palavra e sua pátria, a venerar e respeitar a Divindade, o sagrado.

Segundo Snyders a criança é imersa na cultura, pertence a ela, não só pelos resultados das descobertas, mas pelas relações e pelo comportamento. “Ensinar a criança é prolongar o próprio esforço pelo qual ela não deixa de se ligar ao mundo dos outros; não é de modo algum faze-la desviar de qualquer itinerário natural.” (p. 334)

A cultura não é privilégio da elite, nem seu domínio particular. Ela pertence a todos os homens pela própria condição humana que a criou. É um prolongamento da vida. A cultura da escola é diferente da cultura do aluno mas uma não se opõe à outra. Os alunos não estão errados (saberes do senso comum), a criança não tem de abrir mão de suas idéias, mas enriquecê-las pela mediação do professor, da escola, ou de outros meios a seu alcance. O professor deve lançar mão do conhecimento que os alunos dominam e, partindo daí (daquilo que os alunos já conhecem), trabalhar um conteúdo novo com a turma.

Nesse sentido, um bom exemplo é o trabalho com a arte, em suas várias dimensões. A arte é um poderoso aliado do professor e precisa fazer parte da organização curricular,

não apenas como um conteúdo a mais, mas como uma forma de interligar todos os conteúdos. A arte constitui uma sucessão de esforços dos artistas e representa a criação e o desenvolvimento da consciência cultural popular e, a consciência da criança é um reflexo ativo da sociedade da qual faz parte. Porém é necessário pensar na criança, não como um artista, pois ela não o é. O artista tem todo um caminho percorrido e a criança, por mais que possua potencial artístico, ainda terá de ser orientada, terá de trilhar esse caminho de aprendizagens para chegar ao domínio da arte e, o papel do professor e da escola é ensiná-la, incentivar-lhe as potencialidades e ajudá-la a desenvolvê-las.

As grandes obras servem de modelo para o educando como aliadas para a tomada de consciência pessoal que ele deverá realizar aos poucos. As obras dos grandes mestres são modelos que o professor pode utilizar para oferecer aos alunos, além do conhecimento artístico, também o desenvolvimento da sensibilidade e da criatividade.

Assim sendo, é imprescindível levar para a sala de aula uma grande variedade de autores nas várias modalidades artísticas e culturais regionais, nacionais e internacionais, clássicas e populares, manifestações do folclore etc. Pelo conhecimento da arte e da cultura, o aluno aprenderá a situar historicamente as manifestações culturais, enriquecendo suas experiências e seus conhecimentos em todas as áreas.

O professor poderá basear-se no que é a criança, em seus gostos e suas aspirações - no que há de positivo na cultura mais imediata - mas não ficará só nesse ponto. É necessário mostrar ao aluno a cultura erudita, acelerando a disciplina e ampliando as experiências da criança, pois, segundo Vygotsky (1987), quanto mais ricas forem as experiências, mais ricos serão a imaginação e os sentimentos da criança. Este enriquecimento é, sem dúvida um importante fator de aprendizagem e desenvolvimento.

Exemplos dessa questão seriam: possibilitar aos alunos o conhecimento dos autores de músicas e pinturas clássicos, a passagem da leitura e produção de textos livres a textos mais complexos, o conhecimento da história da humanidade e da cultura de outras regiões, o conhecimento dos vários ambientes e sua biodiversidade, etc.

O aluno não deverá ser colocado frente a soluções prontas e conceitos fechados, mas precisa ser colocado diante de opiniões variadas e heterogêneas, na esperança de despertar-lhe, através da mediação do professor, o espírito crítico. O professor é o modelo do aluno: ampara-o, ajuda-o, e para isto pode fornecer-lhe modelos, conduzi-lo, apresentando-lhe perspectivas variadas, pois, segundo Snyders: Para alguém tomar posse de si mesmo, para encontrar a força de pensar sobre si mesmo, precisa de um modelo que o tire das facilidades e comparações usuais (senso comum). "Ser guiado para os modelos

não é o contrário da independência de espírito, mas é a única maneira de alcançar a independência de espírito. “ (p. 348) Ele afirma ainda que: “É pela imitação dos grandes, ou antes, inspirando-se nos grandes, que se formaram todos os grandes (...)” (p. 349)

Estas afirmações porém não querem dizer que o aluno irá copiar o modelo, mas que este servirá de ponto de partida para sua ação. Esta ação consistirá em modificar, guiado pelo professor, a sua maneira de pensar, os seus conceitos, tomando como referência o modelo apresentado. Este procedimento constitui na verdade, o estabelecimento da relação entre a experiência imediata do aluno e a experiência elaborada do professor e favorecerá o enriquecimento das experiências do educando, promovendo seu desenvolvimento.

Um exemplo disso pode ser o trabalho com a poesia ou a produção de texto de modo geral: o professor pode incentivar, a partir dos textos dos autores mais conhecidos que os alunos produzam paráfrases reprodutivas e criativas que muito favorecem o desenvolvimento, o domínio da ortografia, a criatividade e a fluidez na escrita.

Tolstoi, um grande escritor russo, que ensinava aos filhos dos camponeses, tinha uma interessante estratégia para conseguir que seus alunos produzissem: Escreviam todos, professor e alunos e depois do trabalho pronto, todos juntos assinavam a obra. Era oferecida a estes alunos, além da teoria e do exemplo necessários, toda a paixão do escritor pela escrita literária. Esta paixão era, sem dúvida, um importante ingrediente na receita do sucesso da aprendizagem daqueles alunos. Em *La imaginacion y el arte em la infancia* (Vygotzky, 1978) são narrados alguns episódios desse interessante modo de ensinar, que é oferecer aos alunos maior quantidade e qualidade de experiências para enriquecer-lhe a imaginação e os sentimentos.

Nas escolas, muitas vezes, o que falta é isso. O exemplo do professor como agente da aprendizagem atuando naquilo que sabe fazer melhor. Ora um professor que não lê e/ou não gosta de escrever, não poderá levar os alunos a serem bons leitores e nem orientá-los a produzirem textos com sentido e função social.

Nesse sentido, também é importante ressaltar que o aluno deve ser levado a questionar os modelos, indagar, duvidar... Enfim, nesse processo é necessário que o professor tenha sempre presente a consciência de sua responsabilidade maior, que é a de levar o aluno a pensar com autonomia, mesmo que seja a partir de modelos dados.

O Conhecimento

O conhecimento, sendo a expressão de uma realidade social não pode ser um dado puramente subjetivo, nem uma elaboração puramente material, objetiva, mas constitui-se em uma relação social. É na relação social que os homens interagem (prática social) originando o conhecimento, dando-lhe sentido e significado.

O fator determinante na formação das consciências são as condições histórico-sociais – isto é – a forma como os homens estão naquele dado momento histórico, produzindo sua existência real, é que determina sua consciência, seus valores, seu conhecimento. Assim sendo, o conhecimento do educando se dá através da sua inserção no contexto das práticas sociais que definem os objetos do conhecimento próprios desta ou daquela sociedade. A escola é a instância sistematizadora na transmissão dessas práticas e na elaboração de novos saberes, conceitos e significados.

É necessário historicizar o ensino – mostrar a continuidade histórica, o movimento pelo qual os homens se libertaram, pois o desenvolvimento histórico das ciências pode realizar a síntese continuidade/ruptura. O ensino histórico da civilização é o laço orgânico entre as áreas do conhecimento.

O ensino deve permitir ao aluno sentir a incidência do conteúdo em sua vida e a contextualização possibilita estabelecimento da relação entre o conteúdo ensinado e a história humana. A história do conhecimento está ligada à história cotidiana do aluno, da família, da comunidade e a compreensão dos vários momentos na história do conhecimento é importante para que o aluno tome consciência de si próprio, como ser social e histórico, situado no contexto geral da história humana.

Os conteúdos é que estão em causa por motivos de classe. Os métodos não-diretivos se inscrevem na política escolar da burguesia caracterizando uma distinção bem clara entre o dizer e o não-dizer, mantendo o aluno na ignorância daqueles conhecimentos que, se explicitados, poderiam levá-lo à compreensão crítica e política da realidade. Segundo Snyders “é pelo não - dizer que a escola serve ao regime dominante estabelecido, levando as pessoas ao conformismo e à alienação.” (id p. 361). Em contraposição, a pedagogia que se pretende dialética está sempre ligada ao conhecimento e à ciência: Ao mesmo tempo a ciência de desenvolvimento das formas sociais (materialismo histórico) e a ciência da distinção entre a verdade e o erro (materialismo dialético). A primeira refere-se a como as sociedades se constituem e suas relações de poder, as classes sociais e suas relações na produção do conhecimento e a segunda reflete sobre o conhecimento em si, estabelece conceitos, elucida as teorias a partir da compreensão das contradições, do movimento e da transformação nessas relações.

Para dar conta da educação de forma a instrumentalizar realmente os educandos das classes populares, para seu exercício social e histórico, a escola pública deve:

- *Oferecer ao aluno os conhecimentos mais aprofundados da cultura, os conhecimentos científicos e os instrumentos intelectuais próprios para análise da realidade e uma intervenção na mesma;*

- *Evitar a “massa de conhecimento inúteis, sem vida, supérfluos” e a excessiva preocupação com o método em detrimento dos conteúdos (como vem acontecendo na prática pedagógica a partir do advento das práticas pedagógicas modernas que se deixaram esvaziar de conteúdos); (grifos nossos)*

- *Conduzir os alunos à compreensão mais lúcida das leis, das experiências de laboratório, à elaboração de conceitos, mantendo sempre o contato com o senso comum que é o ponto de partida para o conhecimento elaborado;*

- *Realizar a síntese continuidade-ruptura que possibilitará o estabelecimento das relações entre as várias áreas do conhecimento pela compreensão crítica e histórica dos conteúdos em sua relação com a vida do aluno e seus conhecimentos prévios.*

ENSINO-APRENDIZAGEM - DESENVOLVIMENTO¹

Segundo Vygotsky (2006, p. 114), pode-se considerar o desenvolvimento como um processo intersíquico e intrapsíquico. Inicialmente intersíquico- a partir de atividades realizadas nas relações sociais. Intrapsíquico - já numa segunda etapa em atividades individuais, como propriedades internas do pensamento.

Sabe-se que as estruturas internas do pensamento, ou funções superiores, constituem a inteligência do ser humano. Porém, para que realmente aconteça seu desenvolvimento essas funções dependem da aprendizagem. Em outras palavras, é o processo de aprendizagem que conduz ao desenvolvimento mental e o ativa, sendo por essa razão, imprescindível para que se desenvolvam as características humanas formadas historicamente.

Como condutora-ativadora do desenvolvimento, a aprendizagem por sua vez, pode ser considerada como um processo inter e intrapessoal.

Interpessoal - porque, para que realmente aconteça, necessita da interação (ação entre pessoas) para o estabelecimento da mediação (processo de ensino).

¹ In: Pedroso, R. Questões pedagógicas que merecem ressignificação, 2012

Intrapessoal - porque depende também da ação consciente da pessoa que aprende e que precisa desenvolver a atenção, a reflexão para que aconteça a elaboração e a internalização de conceitos que representam o resultado real da aprendizagem.

A partir desses pressupostos, pode-se inferir que os processos de ensino e de aprendizagem são interdependentes e indissociáveis como as duas faces de uma mesma moeda.

Baseando-se nesses pressupostos, consideram-se como pontos essenciais no processo de aprendizagem::

Elaboração de conceitos – conteúdos - método – domínio dos conteúdos pelo professor – objetivos claros e explícitos para os alunos – desenvolvimento da atenção arbitrária, da reflexão, da ação consciente.

Atividades significativas (coerentes com os conteúdos ensinados) – leitura e produção de textos.

A aprendizagem acontece a partir das estratégias de **ensino corretamente organizadas** e desenvolvidas pelo professor.

Durante o processo de **ensino** (aula) o aluno deve tomar consciência dos **conteúdos**, compreendendo-os de forma a alcançar um nível de consciência que lhe permita desenvolver a **atenção arbitrária** – pelo qual ele analisa as informações transmitidas e “escolhe” o que é mais significativo ou melhor do ponto de vista do conhecimento (reflexão). Depois de realizar a **reflexão** a respeito do conhecimento, ele elabora um **conceito** a respeito do conteúdo aprendido que resultará em uma **ação consciente**.

É a aprendizagem corretamente planejada, organizada e desenvolvida que ativa a área de desenvolvimento potencial, estimulando *“um grupo de processos internos de desenvolvimento no âmbito das inter-relações com outros que, na continuação, são absorvidos pelo curso interior de desenvolvimento e se convertem em aquisições internas...”* (id. P. 115)

Isto significa que a aprendizagem escolar orienta e estimula processos internos de desenvolvimento. Existe entre os dois processos uma relação recíproca, uma interdependência, mas ambos não acontecem ao mesmo tempo.

Entende-se então que: o processo de ensino/aprendizagem deve resultar sempre em desenvolvimento das funções mentais superiores (intelecto) ativando o nível de desenvolvimento potencial que possibilitará a elaboração de conceitos pelo aluno.

Nenhum conceito poderá ser “dado pronto” pelo professor, pois se assim for será apenas memorização e não produzirá aprendizagem real do ponto de vista da ativação das funções superiores do pensamento do aluno.



Esquema do processo de aprendizagem:

Aprendizagem conceitual²

Para que aconteça uma **aprendizagem conceitual**, isto é, a aprendizagem que favoreça a elaboração de conceitos, é necessária uma ação consciente e arbitrária do sujeito aprendente (aluno). Porém não pode haver esta ação consciente, sem ter havido anteriormente uma intervenção por parte do sujeito ensinante (professor ou outra pessoa). Esta ação de ensinar precisa ser significativa, isto é, ser composta por conteúdos e métodos que levem o aluno à tomada de consciência da realidade, do contexto mais amplo em que o conhecimento é produzido e das relações desses conhecimentos entre si.

Para Vygotsky e seus colaboradores, a formação de conceitos envolve uma série de funções mentais complexas, como a atenção arbitrária, a memória lógica, a percepção e o raciocínio e ainda processos cognitivos como a abstração e a discriminação. Portanto, não se forma conceitos através de memorização mecânica.

O autor denomina de **conceitos espontâneos**, aqueles que são aprendidos informalmente (no cotidiano) e de **conceitos científicos** àqueles que são aprendidos através do ensino formal de conteúdos (na escola)

Os conceitos espontâneos são aprendidos pelas pessoas quando observam, experimentam, manipulam objetos, imitam etc.

² *Aprendizagem conceitual* – ver Galuch/Sforni. (2009)

Já os conceitos científicos são os conhecimentos sistematizados adquiridos através do ensino.

Durante o ensino, os conceitos não podem ser tratados de forma isolada, pois fazem parte de um sistema (o conhecimento científico).

O desenvolvimento dos conceitos científicos são formados a partir dos conceitos espontâneos. É por isso que o professor precisa partir do conhecimento que o aluno já possui, para ensinar-lhe aquilo que ele ainda não sabe. É também por essa razão que os conteúdos ensinados na escola devem ter um caráter interdisciplinar, obedecendo a uma seqüência e uma graduação, de forma a favorecer a compreensão, possibilitar a reflexão, a elaboração de conceitos para que aconteça a aprendizagem.

Ainda Segundo Vygotsky, os conteúdos devem ser “relevantes à vida. ”

Uma aprendizagem portanto, precisa ser também significativa para o sujeito.

Esta idéia de aprendizagem significativa não se contrapõe à idéia de aprendizagem conceitual mas, ao contrário, torna-a mais completa. Assim, podemos dizer que o processo de ensino aprendizagem conceitual deve ser significativo.

Acreditamos que, antes de ser conceitual o processo de ensino/aprendizagem precisa ter significação, para quem dele participa, tanto professores como alunos.

Por essa razão, ao ministrar uma aula, é sempre necessário:

1. Que o professor tenha em mente, muito claros, os objetivos dos conteúdos que serão veiculados;
2. que o professor explicita esses objetivos para os alunos, de forma a esclarecer quais conceitos eles irão apreender nas atividades propostas;
3. que o professor, antes de explicar um conteúdo novo, estabeleça relações deste com o conteúdo da aula anterior;
4. que o professor **sempre** explique claramente o conteúdo;
5. que o professor estabeleça relações entre o conteúdo e a realidade, e entre as áreas do conhecimento;
6. que o professor apresente exemplos claros para que o aluno entenda melhor o conteúdo ensinado;
7. que o professor estabeleça interação com os alunos durante a explanação do conteúdo;
8. que, após essa explanação, os alunos realizem **atividades de fixação** significativas (de acordo com o conteúdo ensinado), com enunciados claros para que os

alunos entendam o que se espera que eles saibam (quais conhecimentos estão sendo aprendidos);

9. que, a cada conteúdo ensinado, seja realizada avaliação diagnóstica;

10. que o professor retome aquele conteúdo, ao iniciar outra aula, e que **realize feedback** sempre que necessário.

O Processo Inclusivo

Tomando como pressuposto básico que todos têm direito à educação de qualidade e que os sistemas educacionais precisam mudar para poder responder às necessidades de todos os alunos, nesta proposta entende-se que todas as crianças são especiais e, por isso mesmo, devem receber aquilo que a escola e a sociedade em geral podem oferecer de melhor. Assim sendo, todas as escolas são, ou devem ser, especiais. Nesta concepção, a Educação Inclusiva não diz respeito somente às crianças com deficiências, mas a todas as crianças que encontram barreiras como: barreiras de acesso à escolarização; barreiras determinadas por problemas sociais como desagregação familiar, pobreza extrema, irresponsabilidade familiar, faltas e/ou evasão escolar; história de fracasso escolar, etc.

Na maioria dos casos, são essas barreiras, mais que as necessidades educativas especiais de aprendizagem ou as deficiências intelectual e física, que ocasionam a exclusão dos alunos em seus direitos à educação como exercício pleno de sua cidadania.

A inclusão das crianças e jovens das minorias seja na dimensão racial, de classe social, de gênero, com deficiência física, sensorial, intelectual, ou altas habilidades, deve ser atividade, influência e função desempenhada pela escola e não mera tolerância.

Segundo Ainscow & Tweddle (apud: Inclusão, 2005,p. 44), são quatro os elementos-chave na definição de inclusão:

1. Inclusão é um processo – nunca termina porque sempre haverá alunos que encontrarão barreiras para aprender;
2. Inclusão diz respeito à identificação e remoção de barreiras por meio de coleta contínua de informações para que se possa entender o desempenho dos alunos, planejar e estabelecer metas;
3. Inclusão diz respeito à presença, participação e apropriação dos conhecimentos escolares por todos os alunos – frequência – pontualidade – participação nas aulas - aquisição e domínio dos conteúdos;
4. Inclusão envolve uma ênfase nos grupos de estudantes que podem estar com risco de marginalização, exclusão e baixa performance educacional – isto é, a todas as crianças que apresentam quaisquer dificuldades, ou enfrentam quaisquer tipos de barreiras que as excluem ou discriminam e às quais deve ser oferecido o apoio e a orientação necessários à superação dessas dificuldades.

A Constituição Brasileira de 1988 assegura a todas as crianças o direito de “ser”, sendo diferente, instituindo como um dos princípios do ensino, a igualdade de condições

de acesso e permanência na escola (Art. 206, Inciso I), ao eleger como fundamento da nossa República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, Incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais [...] a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, Inciso IV) ela se adiantou à Declaração de Salamanca que preceituou em 1994:

[...] todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Deveriam incluir todas as crianças deficientes e superdotadas, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves.

Neste sentido é imprescindível que os órgãos competentes compreendam a importância da inclusão escolar, sob todos os pontos de vista, garantindo estrutura física, recursos e formação continuada específica aos professores, para que, em esforço conjunto dêem conta de tornar a escola um ambiente inclusivo para todos os alunos.

A realização do ensino inclusivo requer a percepção do sistema escolar como um todo unificado, em vez de duas estruturas paralelas; uma para alunos regulares e outra para alunos com necessidades especiais. Isso exige que os gestores promovam essa unificação, que ela seja desejável e possível e que comuniquem essa visão em seu comportamento público, em palavras e ações.

Embora a proposta de educação inclusiva deva ser compreendida como um processo dirigido à universalização da educação de boa qualidade para todos, com todos, com todas e por toda a vida, nas práticas discursivas da quase totalidade dos educadores, ela está relacionada ao alunado da educação especial. Nossas escolas devem melhorar suas condições de funcionamento e suas práticas pedagógicas para todos, pois não apenas as pessoas em situação de deficiência têm sido as excluídas do direito de aprender e participar.

As estatísticas educacionais brasileiras ainda apontam para um considerável número de crianças fora das salas de aula e para inúmeras outras que, precocemente têm abandonado a escola, sem que hajam adquirido o conhecimento necessário para que possam assumir com dignidade a plenitude da cidadania. Os que se evadem também são sujeitos dos movimentos pela inclusão ao lado de todos aqueles que, tendo ou não, necessidades especiais, são vítimas dos movimentos elitistas e excludentes das escolas e da sociedade.

Trata-se de equiparar oportunidades garantindo-se a todos, inclusive aos que

apresentam necessidades especiais, ou altas habilidades/superdotados, o direito de aprender, crescer e desenvolver-se em plenitude.

No entanto, é necessário que se faça uma inclusão educacional responsável, pois esta não pode ser dissociada dos demais aspectos básicos de responsabilidade de outros segmentos sociais para que, inter-relacionados, fortaleçam os sentimentos éticos e de cidadania.

Para que se processe a inclusão de um aluno com características diferenciadas em uma turma regular, há necessidade de se criarem mecanismos que permitam sua integração e aprendizagem, com sucesso em todos os sentidos: social, emocional, e intelectual.

Não é o aluno que deve amoldar-se ou adaptar-se à escola, mas é ela que, consciente de sua função social, deve colocar-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. Nesse contexto, a educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos da educação geral.

A escola comprometida com a inclusão deve considerar que:

- *A educação é um direito humano;*
- *todas as crianças estão na escola para aprender;*
- *há crianças que são mais vulneráveis à exclusão social do que as outras;*
- *é da responsabilidade da escola e dos professores a criação de estratégias de ensino e aprendizagem mais efetivas para possibilitar o domínio do conhecimento a todos os alunos;*
 - *em qualquer período de escolarização a criança pode enfrentar dificuldades para aprender ou para fazer parte da comunidade escolar;*
 - *as dificuldades na aprendizagem que surgem na escola e na sala de aula constituem um desafio na busca pela melhoria da qualidade do ensino;*
 - *todas as mudanças geradas como resultado da tentativa de oferecer respostas às necessidades de aprendizagem em sala de aula transformam-se em condição para todas as criança aprenderem e resultam em melhoria na qualidade da prática do professor.*

CURRÍCULO: A ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS E SUA COMPLEXIDADE

Currículo escolar é o conjunto de princípios que estabelecem, norteiam, organizam, direcionam as ações da escola, tais como: As concepções teóricas, a organização curricular, a organização do trabalho pedagógico, a avaliação.

A organização curricular deve propor a graduação dos conteúdos de forma a facilitar a apropriação do conhecimento pelo aluno.

A graduação que se propõe é a seguinte:

a) Os conteúdos que exigem pré-requisitos devem ser apresentados a partir do trabalho anterior ou simultâneo;

b) com relação aos conhecimentos não articulados entre si, estes não devem ser trabalhados sem a devida contextualização, para que se torne mais fácil a sua compreensão pelo aluno;

c) os conteúdos não devem ser apresentados de maneira fragmentada;

d) deve ser garantido ao aluno um tempo para a apropriação de cada conceito.

e) devem ser buscados meios de saber se o aluno realizou tal apropriação.

A graduação acontecerá no processo de aprendizagem e não na apresentação dos conteúdos. A função dos conceitos é explicar o conteúdo; a função da escola é ensinar os conceitos aos alunos, fazer com que eles se apropriem deles e os compreendam, orientando-os na sua re-elaboração. Os conceitos são os instrumentos para a leitura da realidade que permitirão aos alunos a tomada de decisões conscientes em suas ações na vida.

Nesse sentido, é preciso considerar a importância da formação inicial e continuada dos professores, a sua inserção compromissada e competente no fazer pedagógico, o domínio efetivo dos conteúdos curriculares, a compreensão da significância desses conteúdos para a vida dos alunos.

O professor deve estar atento às necessidades e exigências do contexto educacional e social, refletindo constantemente sobre seu trabalho e os resultados deste na aprendizagem dos alunos. Precisa dominar os fundamentos que regem o conhecimento em suas origens histórico-sociais para poder levar os alunos à compreensão dos conteúdos por inteiro e não em fragmentos estanques e sem sentido. A imposição de

conhecimentos estanques, conceitos e categorias fechados, sem profundidade, leva os alunos a simples memorização e não lhes possibilita a compreensão do conhecimento em sua relevância como categoria cultural, humana, histórica e social. Não tendo essa compreensão, fica muito difícil aos alunos o estabelecimento de relações entre o conteúdo e a realidade. Aquilo que lhes foi “ensinado,” torna-se inútil e assim produz-se a alienação.

Considerando tais pressupostos, é necessário entender que, o ensino enquanto processo, implica um movimento de análise e reflexão permanente entre o todo e as partes e destas entre si, não podendo acontecer de forma linear nem etapista.

Neste sentido, uma análise das práticas pedagógicas revela alguns aspectos que lhe são subjacentes e que as influenciam, como o livro didático. Pela utilização do livro didático (como único recurso), os conhecimentos organizados em disciplinas, fragmentados, em regime seriado, perde-se a unidade do conhecimento. Os conteúdos se repetem, ano após ano, mas os alunos não aprendem porque os conteúdos não mantêm, entre si, as inter-relações que os fariam ter história, serem relevantes e compreensíveis. A não-contextualização dos conteúdos torna-os inúteis.

Os livros didáticos, historicamente, também são responsáveis pela falácia no processo de ensino/aprendizagem. Na impossibilidade de colocar-se neles toda a dimensão do conhecimento - na grande maioria dos livros didáticos - encontrou-se uma forma de abreviá-la através de resumos, exemplos, pequenos textos, que, mostram de maneira muito resumida os conteúdos (muitos) a serem ensinados. A idéia lógica é de que o próprio professor ampliasse os conteúdos através de pesquisas, consultas e utilização de outras fontes, enriquecendo desta forma os conteúdos trabalhados e a sua prática. Porém, isto dificilmente acontece: O professor, formado à luz dos manuais didáticos, ficou condicionado a uma forma de organização curricular superficial. Em função disso, tornou-se um mero reproduzidor do conhecimento dos manuais, dos resumos, das descrições, das regras e definições, encontrados naquelas coleções de livros que trazem “receitas” e sugestões práticas ou projetos prontos. A utilização desse material, de forma exclusiva, levou o professor a simplesmente copiar as práticas explicitadas neles, sem realizar uma reflexão mais séria sobre elas, ou preocupar-se em historicizar, em fundamentar e nem mesmo em compreender o que ele próprio diz que “ensina,” reduzindo sua ensinagem, levando os seus alunos a apenas conhecer uma pequena amostra do que é o conhecimento.

As mudanças na educação geradas pela re-elaboração das concepções pedagógicas e a implantação de novas políticas educacionais, a conseqüente

reformulação dos livros didáticos (há livros muito bons, mais aprofundados em seu conteúdo e com boas indicações para os professores), mas, na maioria das vezes, esses livros não são utilizados de maneira a aproveitar inteiramente seu conteúdo. Isto parece acontecer por causa da pouca compreensão que os professores têm das concepções, das propostas e da metodologia que embasam os livros didáticos. Além disso, mesmo sendo bons, estes não podem constituir-se no único modelo para a prática pedagógica. É necessário que o professor pesquise em outras fontes para enriquecer e aprofundar seus conhecimentos.

Por outro lado, só aumentar o tempo para a apropriação dos conteúdos não resolve o problema da aprendizagem e nem torna os conteúdos mais relevantes à vida. O problema está na abordagem e na fragmentação. Enquanto não forem revistas estas questões, buscando articular as áreas do conhecimento e rever seus fundamentos, não acontecerá a mudança.

Outro fator a ser considerado, consiste na visão romântica e/ou metafísica do processo de ensino /aprendizagem que a maioria dos educadores possui, a partir de sua formação inicial, pela padronização do aluno ideal, desconsiderando o aluno real em suas diferenças e seus ritmos de aprendizagem individuais. Esta visão precisa ser superada.

A maioria dos professores ainda considera os alunos como categoria homogênea à qual tudo deve ser ensinado da mesma maneira. Isto implica uma reformulação no conceito de criança, de homem e de sociedade, a observação criteriosa da realidade social com suas mudanças e a compreensão pelos professores das influências dessas mudanças na educação.

Para superar a fragmentação, o professor precisa preocupar-se em estabelecer, de maneira o mais natural possível, as necessárias conexões entre os conteúdos, já que o conhecimento universalmente produzido constitui-se como um todo unificado, em sua historicidade.

Neste sentido, o cerne do processo do ensino interdisciplinar, considerada como fio condutor que promoverá a integração do conhecimento em todas as áreas, é a linguagem em suas várias formas.

O trabalho com a linguagem é o eixo básico do processo de ensino/aprendizagem, mediadora do processo de constituição humana histórico-social e deve privilegiar o texto, como unidade da língua, a leitura, a interpretação, a produção escrita, a análise lingüística e a sistematização do código escrito. A compreensão gradativa, não etapista dos fundamentos da língua escrita propicia a compreensão de cada recurso da linguagem.

A interpretação de textos deve ser realizada através de questões pertinentes que levem o aluno a refletir sobre o tema lido e não constituída de perguntas previsíveis, que não ofereçam possibilidade para questionamento e reflexão.

É a linguagem que permeia todas as situações de ensino/aprendizagem, por isso, é importante que, ao trabalhar qualquer área do conhecimento, o professor utilize-se da oralidade, da leitura, da interpretação e, principalmente da produção de textos, nas várias áreas. É importante também que o professor não se limite a utilizar-se apenas de cópias e/ou exercícios mecânicos e repetitivos, mas que traga para suas aulas muito material escrito para que, juntos, professor e alunos possam utilizá-lo da melhor forma possível, em atividades relevantes à aprendizagem. O material a ser utilizado só terá valor se for importante para a aprendizagem, isto é, tiver objetivo pedagógico.

A Interdisciplinaridade – da Concepção à Ação Pedagógica

A interdisciplinaridade no campo da ciência corresponde à necessidade de superar a visão fragmentadora de produção do conhecimento, articular e produzir coerência entre os múltiplos fragmentos que estão postos no acervo de conhecimento da humanidade. (Lück, 1998, 59)

Segundo Lück, a interdisciplinaridade constitui-se de um esforço no sentido de promover a unidade entre as diversas representações da realidade pela elaboração da síntese de sua recomposição contínua. Nesse processo, busca-se estabelecer o sentido da unidade dentro da diversidade, permitindo que se tenha uma visão de conjunto e possibilitando que se estabeleça relações entre os conhecimentos e as informações recebidas pelas pessoas, de forma desordenada, dissociada e até contraditória.

A interdisciplinaridade é importante no processo de ensino/aprendizagem porque representa uma possibilidade de promover a superação da dicotomia entre as experiências escolares e aquelas da realidade vivencial dos alunos, permitindo ainda a compreensão de que o ensino não é apenas uma questão pedagógica, mas também um problema epistemológico. (id, p. 60)

No sentido da elaboração do conhecimento, a interdisciplinaridade pressupõe uma nova consciência da realidade, uma nova maneira de pensar, que deve resultar em um ato de troca, uma integração das diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de produzir novos conhecimentos, de modo mais abrangente e aprofundado. Este processo dialético de reflexão-ação constitui a práxis pedagógica, produzindo a hominização e superando a

fragmentação do conhecimento (disciplinaridade).

Segundo Fazenda (1992), esta visão de pensamento e da ação interdisciplinares apóiam-se no princípio de que nenhuma fonte do conhecimento é completa em si mesma e que o diálogo entre as várias formas de conhecimento é que faz surgir novos desdobramentos na compreensão da realidade e sua representação. Outra questão favorecida pela interdisciplinaridade é a relação teoria/prática já que, no processo de contínua inter-influência de ambas, essa relação se enriquece.

Conceito de interdisciplinaridade – Interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e o engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos a fim de que possam exercer criticamente a cidadania mediante a visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos e globais da realidade atual. (id, p. 64)

O conhecimento é um fenômeno multidimensional e inacabado. Por essa razão, é impossível sua completude e abrangência total. A cada etapa do processo cognoscitivo, novas questões e novos desdobramentos vão surgindo, necessitando de uma contínua elaboração de conhecimentos para fazer frente a essa demanda. É nesse sentido que a interdisciplinaridade pode contribuir, pois constitui-se num processo contínuo de elaboração do conhecimento, que é “orientado por uma atitude aberta e crítica à realidade, com o objetivo de apreendê-la ao máximo e vivê-la plenamente”. (id)

Segundo Morin (1985, 33), a interdisciplinaridade não se constitui em uma desvalorização das disciplinas nem do conhecimento por elas produzido. As disciplinas não perdem sua competência, mas precisam desenvolvê-la no sentido de articularem-se uma às outras. Assim, ligadas em uma cadeia deverão formar “o anel completo do conhecimento.”

É preciso estabelecer um método que possibilite um diálogo entre os diversos conhecimentos fazendo-os convergir para uma compreensão da realidade o mais globalizadora possível. Nesse processo, o aluno não fica à parte, mas deve inserir-se, entrando no circuito, estabelecendo uma mediação consigo mesmo, (pensando na sua própria maneira de pensar e compreender os conteúdos) e com a realidade, constituindo-se esse processo em uma “verdadeira ciranda de conscientização” . Desta forma é possível afirmar que o conhecimento não pode dissociar-se da vida humana e da relação social, restabelecendo-se a circularidade entre homem, sociedade, vida, conhecimento, na

qual, cada elemento se explica reciprocamente.

Este diálogo ocorre na interface entre uma e outra atividades e o quadro referencial do aluno e , dessa rotatividade resulta “um saber consciente e globalizador da realidade.”

São funções da interdisciplinaridade:

1. Auxiliar o estabelecimento da unidade do conhecimento – de acordo com Habermas, “o conhecimento é comum entre as disciplinas” sendo que entre elas existem diferenças muito maiores que linguagem, simbologia e conceitos. Estas diferenças, afirma Lück, existem pelo jogo do poder, pelo qual as pessoas usam o conhecimento para se promoverem socialmente; pela falta de comunicação entre as pessoas; e pelo descuido em estabelecer o diálogo entre os vários segmentos do conhecimento que produzem.

2. Promover o avanço do conhecimento – à medida em que são exercidas, as atividades humanas vão sendo questionadas, tornando-se cada vez mais complexa a compreensão da realidade.

No contexto das práticas pedagógicas e educacionais, sente-se a necessidade da construção de currículos de caráter flexível, interdisciplinar, significativo, no sentido de implementar formas mais apropriadas de contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e compatibilizá-lo com as novas demandas impostas pelas transformações dentro do ambiente social como também no mundo da produção material.

A proposta interdisciplinar pressupõe a reorganização do processo de produção, transmissão e aplicação do conhecimento tendo como referência, a compreensão de problemas significativos, assuntos que, para serem enfrentados, exigem saberes de natureza diferentes e o esforço conjunto de vários campos de conhecimento e pesquisa.

Do ponto de vista didático, a interdisciplinaridade é um tipo de abordagem que conduz a uma ordenação específica do processo de ensino-aprendizagem dentro dos conteúdos e atividades. Nesse sentido, dentro da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino, os professores através da interdisciplinaridade, devem proporcionar aos alunos uma aprendizagem simultânea e significativa dos saberes e dos métodos comuns a várias disciplinas ou campos do saber, facilitando o diálogo permanente entre teoria e prática nas dimensões do saber.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA ESPECIFICIDADE

A Educação Infantil, segundo a LDB “primeira etapa da Educação Básica”, tem suas especificidades e deve ser considerada dentro dos parâmetros adequados à faixa etária a que se destina. É necessário ter muita clareza de concepções pedagógicas, do desenvolvimento da criança e das características da primeira infância, ao organizar o trabalho com crianças pequenas.

Concepção de criança

O conceito de criança pequena como sujeito de direitos, reconhecido na Constituição Federal de 1988 e fortalecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, garante o direito ao atendimento às crianças, sendo que, independente da denominação dos estabelecimentos, é responsabilidade destes oferecer cuidado e educação, de forma intencional e sistemática.

Segundo o documento Política Nacional de Educação Infantil-MEC (1994) a criança é um ser completo que, embora esteja em processo de desenvolvimento depende do adulto para sobrevivência e crescimento, é um ser ativo e capaz de ampliar seus conhecimentos, enriquecer suas experiências e desenvolver sua autonomia frente às condições de seu meio social. Para que isso se concretize, é necessário repensarmos a concepção de Educação Infantil, a organização do espaço onde ela se desenvolve e a variedade de experiências de conhecimento advindas do cotidiano das instituições educativas por meio de situações desafiadoras.

Os primeiros anos de vida são essenciais no processo de desenvolvimento humano. As relações estabelecidas com outras pessoas, adultos ou crianças, exercem papel decisivo na constituição da identidade, da afetividade e da cognição.

A partir das trocas e das inter-relações que as crianças estabelecem com o meio, elas aprendem e se desenvolvem, agem ativamente em seu entorno, observam, selecionam informações, analisando-as e dando-lhes diferentes sentidos. Ampliando a diversidade de relações, amplia-se o universo de experiências e suas possibilidades de entenderem e transformarem seu mundo; de aprenderem a respeito de si, das pessoas e de constituírem sua identidade pessoal. Assim, na Educação Infantil, as interações se constituem no espaço do conhecimento, da produção da história pessoal do grupo e da cultura.

Estas particularidades do desenvolvimento da criança, na faixa etária de zero a cinco anos, exigem que a educação infantil cumpra suas funções de educar e cuidar de forma integrada, proporcionando meios de levar a criança a patamares cada vez mais elevados de aprendizagem e desenvolvimento (Pedroso, 2005).

A Educação Infantil ofertada nas instituições municipais abrange duas faixas etárias: 0-5 anos (CMEIs) 4-5 (Escolas Municipais) sendo que as crianças nestas faixas etárias têm direito a educação e cuidados de acordo com a LDB 9394/96.

O Currículo na Educação Infantil

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, o currículo na Educação Infantil constitui-se como conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico.

A definição de currículo defendida pelas Diretrizes põe em foco a ação mediadora da Instituição de educação Infantil como articuladora das experiências e saberes das crianças e os conhecimentos que circulam na cultura mais ampla e que despertem os interesses da criança.

Assim, o currículo da educação Infantil precisa considerar entre as práticas desenvolvidas com as crianças, não apenas aquelas relacionadas a educação e cuidado físico, que envolvem a higiene e saúde infantil, mas também práticas culturais que busquem articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança.

Desta forma as práticas que fazem parte do currículo, e que irão constituir a rotina diária nas instituições de Educação Infantil - planejadas a partir da intenção do professor, e por ele frequentemente avaliadas - devem respeitar a faixa etária da criança, não antecipando as rotinas formais do ensino fundamental, que para as crianças de 0 a 5 anos são totalmente artificiais e, portanto, inadequadas.

Portanto, o currículo na educação Infantil, precisa ser organizado a partir de uma concepção que compreende o ser humano como sujeito que se constitui nas relações sociais e que este desde bebê irá estabelecer inúmeras relações, vivenciadas através da ação planejada do professor, que garantirá condições para a criança experimentar

possibilidades para movimentar-se, sentar, andar, discriminar sons, reconhecer cheiros, experimentar alimentos, agarrar brinquedos, desenvolver a linguagem oral, ouvir histórias, enfim, aprender, e assim construir sua identidade. Deste modo, o currículo vivenciado por crianças através da interação e mediação garantida pelo adulto é que possibilitará aprendizagens verdadeiramente significativas e relevantes, possibilitando o desenvolvimento infantil.

A LDB (Art.29) postula que a “educação infantil, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança (...)”. Este desenvolvimento integral não poderá acontecer de forma fragmentada, mas é necessário que à partir das concepção de criança e educação infantil, na organização do currículo sejam pensados os tempos e espaços, os critérios e procedimentos, os conhecimentos, as metodologias, as formas de acompanhamento e avaliação.

Assim a instituição precisa garantir a educação e o cuidado dos bebês e crianças, de forma a complementar a ação da família, e ir além, garantindo que essas crianças oriundas de diferentes classes sociais, tenham a oportunidade de conviver, interagir com igualdade de oportunidades, partilhar saberes, apropriar-se do conhecimento historicamente produzido, desenvolver-se no seu tempo de criança, vivendo plenamente sua infância.

Cabe ao professor compreender e considerar como bebês e crianças nesse momento de suas vidas vivenciam o mundo, como aprendem, como expressam desejos e curiosidades, como interagem e se comunicam, privilegiando as **brincadeiras** e **interações** no contexto da instituição.

Compreender a importância da atividade lúdica como condição para o desenvolvimento humano na infância significa garantir que, durante o tempo que a criança permanece na instituição, os momentos da rotina sejam permeados pela ludicidade, pois, o brincar, através das diferentes possibilidades de brincadeira, os jogos, o prazer e a alegria são inerentes ao cotidiano de crianças e adultos na instituição, e representam o passaporte para a criança desenvolver-se, construir redes neuronais que darão suporte à aprendizagem dos conteúdos.

Para exemplificar essa questão, podemos pensar na brincadeira de amarelinha. Nesta brincadeira de jogar amarelinha, as crianças irão: contar o número de casas, desenhar figuras geométricas, escrever os números, desenvolver equilíbrio, lateralidade, organização de sequência, e outros conhecimentos, com os quais estarão interagindo de forma lúdica.

*CRAIDY & KAERCHE. IN: Educação infantil pra que te quero, 2001.

De acordo com o Parecer CNE, nº20 de 11/11/2009:

... a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças. Daí decorrem algumas condições para a organização curricular.

Sabe-se que neste período da vida, as crianças que apresentam idade de educação Infantil, estão num momento muito intenso já que, caracteriza-se por muitas e importantes aquisições: desenvolvimento da fala, marcha, controle esfinteriano, formação da imaginação, construções simbólicas, desenvolvimento da expressão através das diferentes linguagens, que serão desenvolvidos à medida que a criança relaciona-se e interage com parceiros mais experientes, crianças e adultos.

Portanto cuidar e educar, significa promover o desenvolvimento integral da criança, como está expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que afirma “educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade da criança”.

A Proposta Pedagógica da educação Infantil, se organiza, contemplando diversas ações, as quais são constituídas de experiências, interações, procedimentos, critérios, que formam o **Currículo**, e é a efetivação destas ações promotoras da aprendizagem e do desenvolvimento através do planejamento do professor que possibilitará a garantia de uma educação Infantil de qualidade.

Portanto os princípios presentes no contexto da instituição entre os profissionais (professores, gestores, equipe de apoio) são balizadores do planejamento pedagógico a ser definido e realizado na instituição.

Essa organização pedagógica é garantida na medida em que o processo de avaliação - o qual é constitutivo e constituinte da Proposta Pedagógica, do Currículo e da programação didática do professor - é realizado de forma competente, através dos instrumentos avaliativos e registros, que permitirão ao professor identificar como a criança vem se apropriando da cultura, tendo assim informações essenciais para desenvolvimento da prática pedagógica.

Assim, o Currículo na educação Infantil também precisa contemplar a avaliação, compreendendo a importância de desenvolver o processo avaliativo nos diferentes

âmbitos: avaliação da aprendizagem, avaliação da prática pedagógica e avaliação institucional.

Na Educação Infantil, a avaliação da aprendizagem terá como ação principal a observação, através da qual o professor terá condições de realizar registros, anotações, relatórios.

Os registros avaliativos irão direcionar a prática do professor, promovendo a orientação sobre o que o professor pode e precisa fazer, quais os interesses, as dificuldades da criança, o que cada criança já se apropriou e o que pode aprofundar.

É através do processo avaliativo que as informações acerca da aprendizagem e desenvolvimento dos bebês e crianças serão identificadas:

- quais tempos e espaços precisam ser garantidos na organização do planejamento;
- quais atividades e experiências precisam ser priorizadas para as crianças de 0 a 3 anos e quais para as crianças de 4 a 5 anos;
- qual metodologia precisa ser desenvolvida para garantir a aprendizagem e o desenvolvimento.
- quais conteúdos precisam ser abordados e que objetivos precisa-se atingir.

O desenvolvimento da educação infantil deverá, portanto garantir que bebês e crianças desenvolvam-se e aprendam em seu tempo de infância, de forma que cada momento desta infância seja plenamente vivenciado, e onde as experiências e aprendizagens geradas irão possibilitar a constituição de suas identidades, e a cada nova etapa da vida, constituem-se sujeitos, ampliam suas aprendizagens e elaboram conhecimento.

Os Princípios que compõem a proposta curricular

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores a **Brincadeira e as Interações**.

As DCNEIs destacam a brincadeira como atividade privilegiada na promoção do desenvolvimento das crianças pequenas. Brincar, dá à criança oportunidade de imitar a realidade e construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz.

Segundo Vygotsky (2007), brincar é uma atividade humana criadora na qual, imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de

interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos: crianças ou adultos.

Através das brincadeiras e outras atividades cotidianas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil, a criança aprende a assumir papéis diferentes e, ao se colocar no lugar do outro, aprende a coordenar seu comportamento com os de seus parceiros e desenvolver habilidades variadas, construindo sua identidade.

O brincar, como processo dialético, parte de algumas aprendizagens mais simples, constituindo-se possibilidade de novas aprendizagens que vão, aos poucos ampliando e enriquecendo a imaginação e as experiências infantis.

Mas, segundo o Art. 9 das DCNEIs, o brincar não pode ser pensado sem as **Interações:**

- Interação com a professora;
- interação com as outras crianças;
- interação com os brinquedos e os materiais;
- interação com o ambiente;
- interação da instituição com a família e a criança.

Na história cotidiana das interações com diferentes parceiros, vão sendo construídas significações compartilhadas a partir das quais a criança aprende como agir ou resistir aos valores e normas da cultura de seu ambiente social.

Nesse processo, é preciso considerar que nesse período da infância, na interação com seus pares, as crianças aprendem e que são diversas das coisas que elas se apropriam no contato com os adultos ou com crianças maiores.

Ambiente na Educação Infantil

Todo ambiente educador, enquanto contexto de desenvolvimento inclui a organização de grande diversidade de aspectos: os tempos e os espaços, as rotinas de atividades, a forma como o adulto exerce seu papel e os materiais disponíveis.

Sabemos que cada vez mais o espaço físico e os arranjos espaciais existentes nas *turmas de Educação Infantil são vistos como ambientes que requerem especial atenção e planejamento. Além disso, são claras as significações que a criança pequena empresta ao ambiente que pode lhe provocar medo ou curiosidade, irritabilidade ou calma, atividade ou apatia.*

O ambiente é educador, e precisa ser flexível, deve passar por modificações frequentes, planejadas pelos professores, possibilitando diferentes arranjos, de forma a atender as necessidades das crianças e permitir-lhes agir nesse espaço como protagonistas na apropriação do conhecimento. Tudo o que cerca as pessoas e o que usam – os objetos, os materiais e as estruturas – não são elementos cognitivos passivos, mas, ao contrário, são elementos que condicionam e são condicionados pelas ações dos indivíduos que nela agem.

A configuração particular de cada instituição, no que se refere ao jardim, às paredes, às janelas grandes e aos móveis atraentes, mostra que esse é um local onde os adultos pensam sobre a qualidade do ambiente escolar como espaço educativo.

Toda escola deve ser cheia de luz, com variedade de materiais e com alegria das crianças. Como afirma Snyders (1990), alegria como sentimento que floresce do ato de conhecer, não uma alegria frívola, de fazer o que se gosta e por isso sentir alegria. Fala da alegria da descoberta, de se aproximar do que é mais elaborado, daquilo que não seria possível sem o professor e a escola. Para ele, não se desafia a inteligência do aluno com a repetição do que ele já sabe ou com a reprodução superficial do que a mídia oferece, ou ainda com o atendimento do desejo da criança. O desejo também é construído socialmente, gosta-se em princípio, do que se conhece, rejeita-se o desconhecido o elaborado.

A proposta curricular para a Educação Infantil que se apresenta busca romper com a tradição de promover o isolamento das perspectivas infantis num espaço controlado pelo adulto e com a descontextualização das atividades que são propostas as crianças através de tarefas ritualizadas de colorir desenhos mimeografados, de colar bolinhas de papel, entre outras, ao contrário, a Proposta Curricular que se propões precisa contemplar atividades de pesquisa, de troca de opiniões, de expressão corporal, de atividades musicais, jogos e brincadeiras, literatura infantil onde as crianças experimentem atividades significativas e contextualizadas para todos os alunos, com variados tipos de materiais que desafiem a inteligência, a criatividade e o desenvolvimento infantil , criando novas perspectivas para a aprendizagem.

O ENSINO FUNDAMENTAL E SUA ESPECIFICIDADE - A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLARIDADE EM CICLOS DE APRENDIZAGEM

Compreendendo a criança, na faixa etária de 06 a 10/11 anos, como sujeito de

direitos de cidadania, garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e considerando como o mais importante de seus direitos, depois do direito à vida e à saúde, a educação de qualidade, esta Proposta está estruturada em Ciclos de Aprendizagem.

O objetivo desta opção na linha pedagógica da Secretaria Municipal de Educação é justamente valorizar as aprendizagens da infância, reconhecendo-as como as mais importantes e significativas de toda a vida humana. A criança de seis anos está em um período da vida no qual existe maior interesse em aprender e no qual, mais aprendizagens são efetivadas. A partir dessa faixa etária, o amadurecimento vai acontecendo naturalmente se, nesta primeira etapa, as experiências forem positivas e realmente significativas.

A escolaridade no Ensino Fundamental dentro da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino está estruturada *da seguinte forma*: Primeiro Ciclo – Ciclo Inicial de Alfabetização e Segundo Ciclo – Ciclo Complementar de Alfabetização, entendendo que esta organização possibilita trabalhar com as diferenças individuais dos alunos de maneira mais efetiva, evitando as eventuais rupturas e a fragmentação do percurso escolar, assegurando a continuidade do processo educativo, dentro do Ciclo e na passagem de um ciclo para outro. Para isto, é necessário que se criem as condições institucionais e que toda a equipe pedagógica da escola se responsabilize pelo processo de ensino/aprendizagem.

Os estudos realizados têm mostrado que existe grande defasagem entre os objetivos propostos pelas políticas educacionais implantadas e o resultado final atingido no contexto da prática escolar. Os resultados atualmente percebidos na aprendizagem dos alunos das escolas públicas não são muito animadores. Até mesmo na opinião dos professores, há necessidade de medidas mais enérgicas no sentido de encontrar solução para essa defasagem de maneira concreta, deixando de lado a retórica e transformando a escola em um verdadeiro espaço de aprendizagem.

A organização da escolaridade em ciclos é segundo Mainardes (2004) uma política complexa porque requer mudanças fundamentais no sistema de promoção dos alunos, na avaliação, no processo de ensino/aprendizagem, na organização da escola. Evidencia-se também maior necessidade de apoio aos professores e formação continuada a fim de garantir os conhecimentos necessários ao enfrentamento das dificuldades concretas que aparecerão com a implementação dessa proposta. O maior desafio a ser enfrentado pelos professores no desenvolvimento da política da escola em ciclos constitui-se nas mudanças em alguns aspectos consideráveis como: suas crenças, suas práticas costumeiras, seus

princípios, sua formação inicial e seus conhecimentos.

Sendo assim, acredita-se que a primeira dimensão a que se deve dar atenção é a clareza de objetivos sobre o que se precisa e o que se deseja em termos de política educacional para as escolas.

É necessário pensar sobre as seguintes questões:

Que mudanças precisam ser realizadas a fim de que se contemple as necessidades de todos os alunos das escolas públicas municipais?

Quais as condições necessárias para que as mudanças aconteçam na aprendizagem dos alunos?

Que aspectos a escola em ciclos deve priorizar para favorecer a inclusão, a promoção real dos alunos e deixe de ser selecionadora, excludente e pobre de conhecimentos?

A implementação desta proposta demanda a necessidade da estruturação da escola com os recursos físicos (como estrutura adequada nas escolas), recursos materiais (materiais pedagógicos) e recursos humanos (profissionais da educação) indispensáveis para o bom desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem. É essencial que exista o compromisso real dos órgãos públicos em oferecer esses recursos para que as escolas possam fazer frente aos desafios impostos pela implementação da política. Ações concretas, neste sentido, deverão ser desenvolvidas *a priori*, para que se possa garantir o sucesso da proposta. São também importantes: a questão do ensino, da organização dos conteúdos, da avaliação e de toda a organização do trabalho pedagógico. Sem dúvida, porém, a compreensão das equipes pedagógicas e dos professores com relação aos fundamentos que norteiam esta política educacional, bem como seu comprometimento na prática pedagógica, como sujeitos executores, é ponto fundamental para o desenvolvimento da mesma.

É necessário entender com clareza as mudanças que esta política de ciclos traz para o ensino e quais as mudanças que farão diferença real na aprendizagem dos alunos e na qualidade do ensino público. A palavra básica neste contexto é só uma: Compromisso – com a verdade, com a ética, com o interesse pela promoção real do aluno, com o crescimento profissional do educador, enfim, com a compreensão ética e política da educação.

Na estruturação da escolaridade em ciclos, a organização do trabalho pedagógico

precisa ser repensada para que a escola funcione a contento e desenvolva as ações pertinentes. Assim, desde a constituição da equipe pedagógica e suas relações de trabalho até as mínimas questões de rotina cotidiana, todos os aspectos precisam ser revistos.

Na organização da escolaridade em ciclos é necessário:

- *que as concepções e os objetivos sejam claros;*
- *que o trabalho escolar (planejamento, avaliação, tomada de decisões, ações pedagógicas) seja de fato um processo coletivo;*
- *que se ofereça condições para que todos os alunos realmente aprendam;*
- *que os conteúdos sejam relevantes à vida, enriquecidos e não simplificados;*
- *que os professores tenham domínio dos fundamentos desses conteúdos;*
- *que os alunos sejam promovidos a partir da aprendizagem real;*
- *que os alunos sejam sempre assistidos em suas eventuais dificuldades de maneira que possam superá-las;*
- *que os professores acompanhem seus alunos durante anos iniciais dos ciclo de aprendizagem*
- *que a equipe escolar se conscientize de que todos são responsáveis pela aprendizagem dos alunos e não apenas o professor em sala de aula;*
- *que as aulas sejam bem planejadas e organizados os procedimentos metodológicos;*
- *que a gestão da escola seja democrática;*
- *que a comunidade esteja presente e participe das decisões através dos Conselhos Escolares;*
- *que o tempo maior oferecido pela proposta seja realmente aproveitado pela escola para promover e garantir o domínio concreto dos conteúdos escolares pelo aluno;*
- *que os professores estejam preparados para trabalhar com grupos heterogêneos, mudando a cultura do ensino – transformando-o de implícito a explícito;*
- *que a escola em ciclos seja uma política integrada: currículo, pedagogia, avaliação, organização, formação continuada;*
- *que haja acompanhamento e avaliação contínua do processo de implantação da proposta e de seu desenvolvimento na prática;*
- *que se estabeleça o número de alunos por turma.*

Com base em seus estudos, sobre a organização da escola em ciclos, Mainardes (id) propõe um trabalho que considere a importância dos conteúdos (em sua profundidade), o processo de ensino (ensino explícito) e maior atenção às eventuais dificuldades das crianças, através de trabalho com atividades diferenciadas. Dessa forma haverá maior incidência nas questões do ensino/aprendizagem, com oferta de condições adequadas para diminuir o problema das desigualdades sociais, oferecendo a todos os alunos um ensino de boa qualidade.

Mainardes (id) considera ainda que é essencial, do ponto de vista prático, buscar alternativas para implementar os ciclos de forma participativa e democrática, instrumentalizar os professores para o trabalho com turmas heterogêneas (por meio de trabalho diversificado entre outras estratégias); que se pense sobre mudanças necessárias na gestão escolar organizada em ciclos e sobre os conhecimentos que devem ser priorizados nos programas de formação continuada dos professores.

No contexto desta Proposta, acham-se explicitados todos os aspectos relativos à organização e à especificidade do trabalho pedagógico no Ensino fundamental, dentro da política da organização da escolaridade em Ciclos de Aprendizagem. Considerando, em sua elaboração, a implantação, no Paraná, do Ensino Fundamental de Nove Anos, a partir da Lei nº 11.274 de 06/02/06 e das Deliberações 03/06, 02/07 e 03/07 do Conselho Estadual de Educação, a organização curricular da Rede Municipal de Ensino de Telêmaco Borba contempla os aspectos pertinentes ao desenvolvimento dessa política educacional.

A ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos, constitui-se em uma nova prática para os dirigentes da educação e para os professores, principalmente considerando-se a nova idade escolar (6 anos) das crianças que passarão a integrar as turmas dos Ciclos Iniciais de Alfabetização.

Neste sentido, a formação continuada dos professores que atuam nesse nível do ensino, precisa oferecer subsídios teórico-práticos para que se estabeleçam práticas pedagógicas adequadas a essa faixa etária.

É importante que se estabeleçam também, as bases de uma representação das características das crianças de seis anos que as distinguem das de outras faixas etárias, como: a curiosidade, a imaginação, o desejo e o potencial para aprender, criar e conhecer o mundo através da brincadeira e o desenvolvimento da linguagem. A compreensão destas características, aliada à qualidade das interações estabelecidas e das experiências possibilitadas no âmbito familiar e social, a mediação cultural exercida na escola pelos

colegas e professores, tem papel decisivo no processo de formação humana das crianças.

É necessário que o sistema escolar atente para as situações que envolvem o ingresso da criança na escola oferecendo-lhe a garantia de continuidade dos laços de afetividade e confiança e as condições de aprendizagem lúdica. Continuidade e ampliação ao invés de ruptura do contexto sócio-afetivo e das aprendizagens anteriormente concretizadas.

Para receber estes alunos, a escola necessita organizar-se em sua estrutura, em sua forma de gestão, seus ambientes, seus espaços, materiais, tempos, conteúdos, metodologias, objetivos, avaliação, para que elas sintam-se inseridas em ambiente prazeroso, apropriado à aprendizagem. É necessário ainda assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental seja o mais natural possível.

É fundamental que a alfabetização seja adequadamente trabalhada nessa faixa etária, considerando que esse aprendizado inicia-se geralmente na Educação Infantil e que é preciso romper com as idéias de "falta de prontidão," dessas crianças, pois através do ensino com base lúdica, elas adquirem em tempo as habilidades e os saberes necessários à alfabetização.

Dando prosseguimento ao Ciclo Inicial de Alfabetização, o Ciclo Complementar de Alfabetização tem como objetivos: a ampliação e o aprofundamento dos conhecimentos considerados essenciais ao processo de Alfabetização e Letramento. Para tanto, deve-se levar em conta as possibilidades de trabalho em sala de aula. Em função das necessidades de aprendizagem, é necessário aos professores que atuam neste Ciclo o conhecimento dos conteúdos ministrados aos alunos no Ciclo Inicial de Alfabetização para que seja possível a continuidade do processo de forma o mais harmônica e efetiva possível. Essa necessidade justifica-se pelo fato de que a aprendizagem deve ser significativa para o aluno e, para isto ele precisa estar totalmente envolvido com as atividades de ensino. Para aprender novos conteúdos, o aluno tem necessidade de estabelecer relações entre os conhecimentos de que dispõe e os novos conhecimentos que estão sendo veiculados, numa ação conjunta de **percepção, de atenção, de reflexão, de ampliação e de ação consciente** (conforme já explicitado acima, nesta proposta, no esquema do processo de "aprendizagem conceitual".

Em outras palavras, é necessário que o aluno esteja envolvido na tarefa de compreender e que ocorra aproximação dos conhecimentos e das atividades e ensino com essa finalidade.

Por esse motivo, considera-se o processo de escolarização nos primeiros cinco anos

do ensino fundamental como essenciais ao desenvolvimento do aluno, no sentido da aquisição do conhecimento de maneira significativa.

É a partir do saber que o aluno possui que o professor deverá intervir de modo a possibilitar-lhe o pleno domínio da linguagem oral, da leitura, da escrita, do cálculo e da compreensão da realidade social, histórica e cultural em todas as suas dimensões.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO – um mergulho no mundo da escrita³

Hoje, a partir de tantos estudos na área da alfabetização, sabemos que os alunos não aprendem da mesma forma, ao mesmo tempo ou no mesmo ritmo. Assim temos de utilizar em nosso trabalho, como alfabetizadores, as mais variadas maneiras de ensinar... Mas não é só isso... também é necessário conhecer o processo de aprendizagem e quais são as questões que esse processo encerra.

Não basta aplicar em sala de aula modernas técnicas de ensino, utilizando material rico e inovador. É preciso ler bastante e estar sempre atualizado, em contínua formação, procurando conhecer bem os alunos e os níveis de aprendizagem e desenvolvimento presentes em sala de aula. Procurar ajuda junto aos pedagogos da escola e trocar idéias com os colegas, quando existirem dúvidas, e estar sempre atento ao desempenho de cada um dos alunos, para detectar as possíveis dificuldades a tempo, são medidas essenciais que fazem parte do dia a dia do processo de alfabetização.

Além disso, o professor precisa ter conhecimento dos vários métodos de alfabetização pois, pode acontecer de ter que mudar radicalmente o método de ensino em função das necessidades de um ou mais alunos.

Quando vêm para a escola, os alunos já viram no seu ambiente muitas coisas escritas, em cartazes, placas, revistas, livros, televisão, nos jornais, em rótulos de remédios ou de outros produtos. Geralmente eles já têm noção de que os sinais gráficos da escrita expressam alguma coisa embora não saibam que mensagem é essa.

No entanto, tais conhecimentos variam de acordo com a realidade da vida de cada um. Há diferença entre uma criança que já tem estimulação com material escrito variado em casa, ou que vem de uma família que lê bastante e faz a mediação do conhecimento junto à criança e uma criança cuja família não tem acesso ao material escrito ou que é analfabeta.

³ Pedroso, R. In: Questões pedagógicas que merecem ressignificação. (2012)

De qualquer maneira, ao alfabetizar, o professor precisa, em primeiro lugar, mostrar ao aluno o universo da palavra escrita, em sua riqueza, de tal forma que o atraia para que ele queira não só aprender a ler, mas entrar neste mundo lendo e, também fazer parte dele, escrevendo.

O papel do alfabetizador é, não só ensinar o aluno a decodificar as palavras, mas instrumentá-lo para que ele possa ler com compreensão e, compreendendo o que leu, gostar de ler. Esse processo de compreensão profunda daquilo que se lê, é parte do que podemos chamar de *letramento*.

Segundo Carvalho, para formar indivíduos não só alfabetizados mas também letrados, “ desde a alfabetização, apresentar uma ampla variedade de textos é favorecer um mergulho no mundo da escrita com a exploração de mil e uma possibilidades.” (2007, p. 14-15)

Para Magda Soares (1998, p. 39), “*letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e escrita; é também o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.*”

Durante o processo de alfabetização, quando se ensina as relações entre as letras e os sons (código alfabético), é sempre importante deixar primeiro os alunos explorarem o material escrito, folheando, olhando as gravuras, cheirando, observando e tentando entender o que está escrito, às vezes mesmo “lendo” de seu jeito, pois o primeiro conhecimento se processa pelos sentidos, pela afetividade e pelo intelecto.

O que o alfabetizando precisa saber para alfabetizar-se

Segundo Lemle (2006, apud Pedroso, 2012), **a primeira coisa** que as crianças precisam saber para aprenderem a ler e escrever é o que representam os sinais gráficos da escrita. Elas precisam saber que esses sinais são símbolos dos sons da fala (consciência fonologia). Para isto elas têm de entender o que são os símbolos. Uma criança que não conseguir entender a relação simbólica entre dois objetos, terá um pouco mais de dificuldade no processo de alfabetização. **A segunda coisa** que a criança precisa saber é a discriminação das formas das letras. Por exemplo: diferenciar o **b** do **p** e do **d**. Se ela não conseguir entender essas diferenças, não aprenderá a ler. **A terceira coisa** que a criança precisa saber para aprender a ler é a conscientização da percepção auditiva.

Se as letras representam sons da fala, é preciso ouvir as diferenças entre esses sons para que se possa escolher a letra certa para simbolizar cada som. Exemplos: **pé – fé; toca – doca; tia – dia.**

Essas três capacidades são as partes componentes da capacidade de fazer uma ligação simbólica entre as letras e os sons, e são essenciais e indispensáveis na fase de alfabetização.

Há ainda, segundo Lemle (2006, p. 12), outros pontos que são importantes na alfabetização como: **o reconhecimento de sentenças** e a **organização espacial da página**. Estas são capacidades que precisam ser ensinadas, pois pode acontecer de não serem atingidas espontaneamente.

Para facilitar o processo, será interessante que os alfabetizados sejam estimulados nestas cinco capacidades para estarem preparados para a alfabetização mesmo porque, como acontece em alguns casos, podem não haver cursado a educação infantil, na qual geralmente adquirem estes conhecimentos. Para tanto, os professores podem trabalhar com atividades que utilizem papel e lápis, massinhas, jogos de encaixe, quebra-cabeças, narrativas de contos, música, dramatizações e outros jogos que ajudam a preparar a criança para as atividades de sistematização da alfabetização. Podem ainda trabalhar, utilizando materiais como escudos de times de futebol, sinais de trânsito, bandeiras símbolos religiosos, língua de sinais, medalhas, emblemas etc para ensinar a idéia de símbolos. Para ensinar as formas das letras, poderão realizar exercícios de desenhos de pequenas formas como círculos, traços, curvas, ângulos, quadrados, espirais. Para a discriminação dos sons da fala, podem-se criar listas de palavras que rimem, de canções que apresentam sílabas repetidas. Utilizando uma melodia, cantá-la nas várias sílabas, ex: La, la, la - ta, ta, ta – ra, ra, ra – pa,pa,pa; brincar de telefone sem fio, narrar contos imitando as vozes de animais e os barulhos e imitar sotaques.

Para aprender a organização da página escrita, é bom brincar de ler. Escrever pequenos textos no quadro, memorizar e recitar versinhos que também poderão ser de autoria dos alunos ou trazidos por eles, apontado para as palavras à medida que e recitação se acontece; utilizar também ditados da cultura popular.

Segundo Carvalho (p. 46), o professor deve perguntar-se frequentemente:

O que estou buscando? O que tenho em vista ao ensinar a ler? Que usos da leitura e da escrita quero que o aluno pratique? De que materiais disponho e quais devo criar? Como as crianças se relacionam com a escrita? o que elas sabem do assunto? Como eu própria me relaciono com a leitura e a escrita?

Independente do método utilizado, para colher bons resultados na alfabetização, o importante é ensinar as relações entre as letras e os sons, de forma sistemática, mas sem rigidez, evitando um ensino que fique apenas na decodificação. Embora o professor tenha em mente ensinar as letras ou as palavras-chave numa determinada ordem, pode acontecer que algum evento ou situação à sua volta e ele deve estar atento para novas possibilidades, descobrindo assuntos ou acontecimentos importantes que poderão despertar a curiosidade das crianças e facilitar a aprendizagem.

Outro ponto importante é a necessidade de observar sempre os vários níveis de aprendizagem dos alunos e trabalhar todas as alternativas, visando atender de modo coerente as suas necessidades de aprendizagem, sem nivelar a turma por baixo (planejando o trabalho a partir daqueles que estão muito fracos) ou por cima (só planejando atividades de ensino para aqueles que são mais adiantados). O que se pode fazer é, no início, levar a turma toda num ritmo só, para depois, avaliar o desempenho da turma e, se for verificado que uns estão se distanciando e aprendendo mais rápido, diversificar as atividades, de acordo com os níveis verificados, para contemplar a todos eles de maneira satisfatória do ponto de vista da aprendizagem.

O mais importante é que o professor esteja ciente de sua responsabilidade em garantir que todos os alunos se alfabetizem, mesmo que seus níveis e ritmos sejam diferentes, não deixando que o tempo corra e alguns alunos fiquem para trás, variando suas metodologias para atendê-los de maneira mais próxima, pontual e competente.

Neste sentido considera-se apropriadas algumas palavras da professora Ana Lúcia de uma escola pública do Rio de Janeiro (1985), transcritas por Sonia Kramer em *Alfabetização/Leitura e Escrita*:

Se eu fosse arquiteta, não podia descuidar do desenho da planta ou do trabalho da obra. Mas não sou arquiteta. Sou professora. E, professora é profissional do ensinar a ler e a escrever. Então, não posso descuidar dessa tarefa. Esse é meu papel. É para isso que estou na escola e é isso que devo fazer e fazer bem.

A ORGANIZAÇÃO DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A educação é uma construção histórica e o homem se desenvolve histórica e socialmente, criando a cultura, transformando o meio em que vive e transformando-se

também, nessa interação. Em meio a esse processo histórico, a escola sempre foi tida como instrumento utilizado pelas classes dominantes para manter sua hegemonia. Isto posto, é evidente a necessidade de se oferecer aos alunos das classes populares uma educação escolar que os fortaleça como classe e os instrumentalize para a luta social que se evidencia também, historicamente.

Sendo assim a proposta curricular, considerando o aspecto sócio-histórico – cultural de suas bases filosóficas, evidenciando-se a necessidade de articulação entre os conteúdos e de contextualização destes, está organizada de forma interdisciplinar através de **Eixos Articuladores permeados pela linguagem** que constitui o **fio condutor** do processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos, possibilitando e facilitando o processo interdisciplinar.

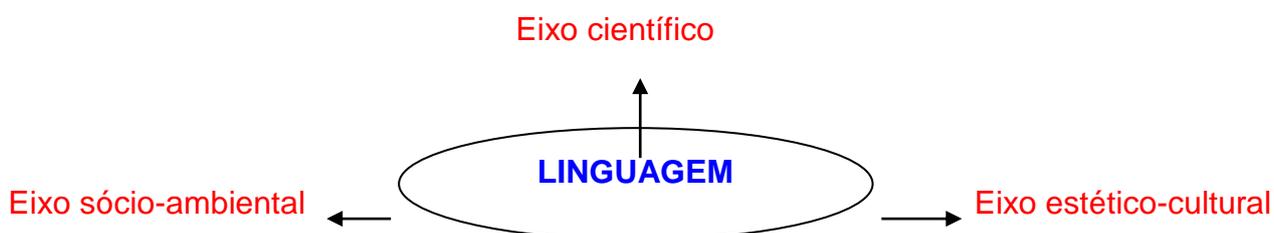
Os **eixos articuladores** das áreas do conhecimento são:

a) **Eixo científico** – abrange: a linguagem permeando os conteúdos de todas as áreas, a superação do senso comum a elaboração e compreensão dos conceitos científicos e do processo de formação humana histórico-social.

b) **Eixo ético-político** – abrange: a linguagem permeando os valores éticos, morais e políticos, sociais e individuais, as relações entre o público e o privado, os meios de comunicação de massa, as relações de poder, as atividades de reflexão consciente sobre os fatos humanos, os valores coletivos e individuais, hábitos, atitudes e valores.

c) **Eixo sócio-ambiental** – abrange: a linguagem permeando os conteúdos relativos ao estudo das relações dos seres vivos e o meio ambiente, como: a exploração e a preservação dos recursos naturais – conseqüências da degradação do meio ambiente — a valorização do homem e da cultura. – ambiente familiar, escolar e social.

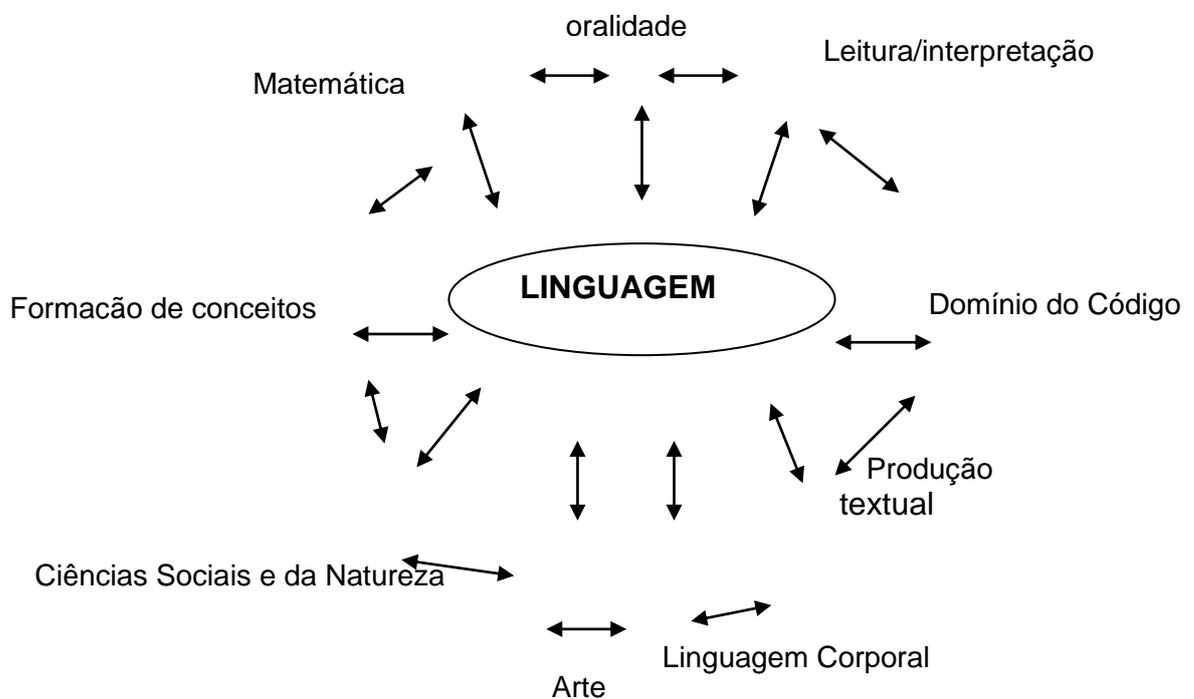
d) **Eixo estético-cultural** – abrange: a linguagem permeando o conhecimento e a compreensão das várias expressões culturais, o acesso à produção artística – cultural que melhor represente a cultura nacional em seus aspectos histórico-sociais- a cultura indígena e afro-brasileira.



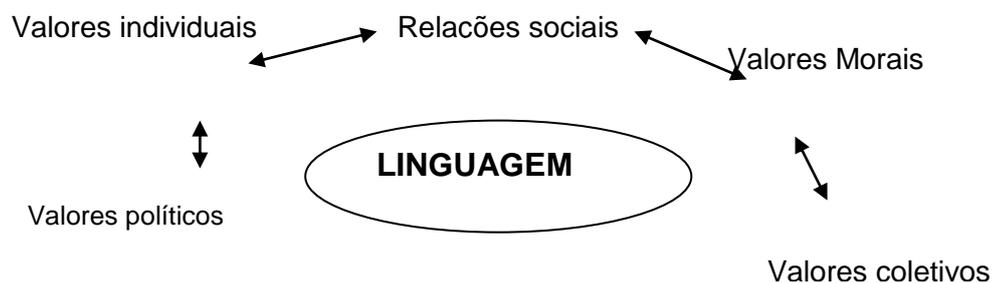


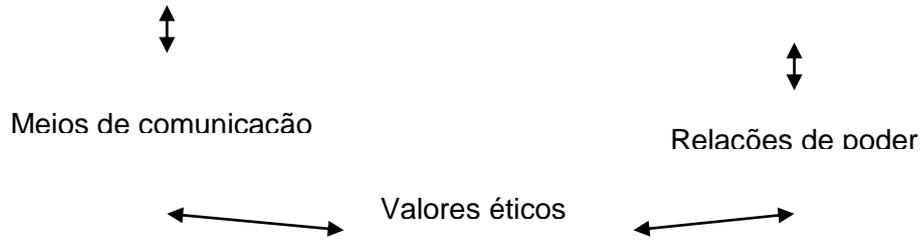
Eixo Ético -Político

Eixo científico – constituído pela linguagem em suas várias dimensões; os conhecimentos e os conceitos científicos, em relação dialética:

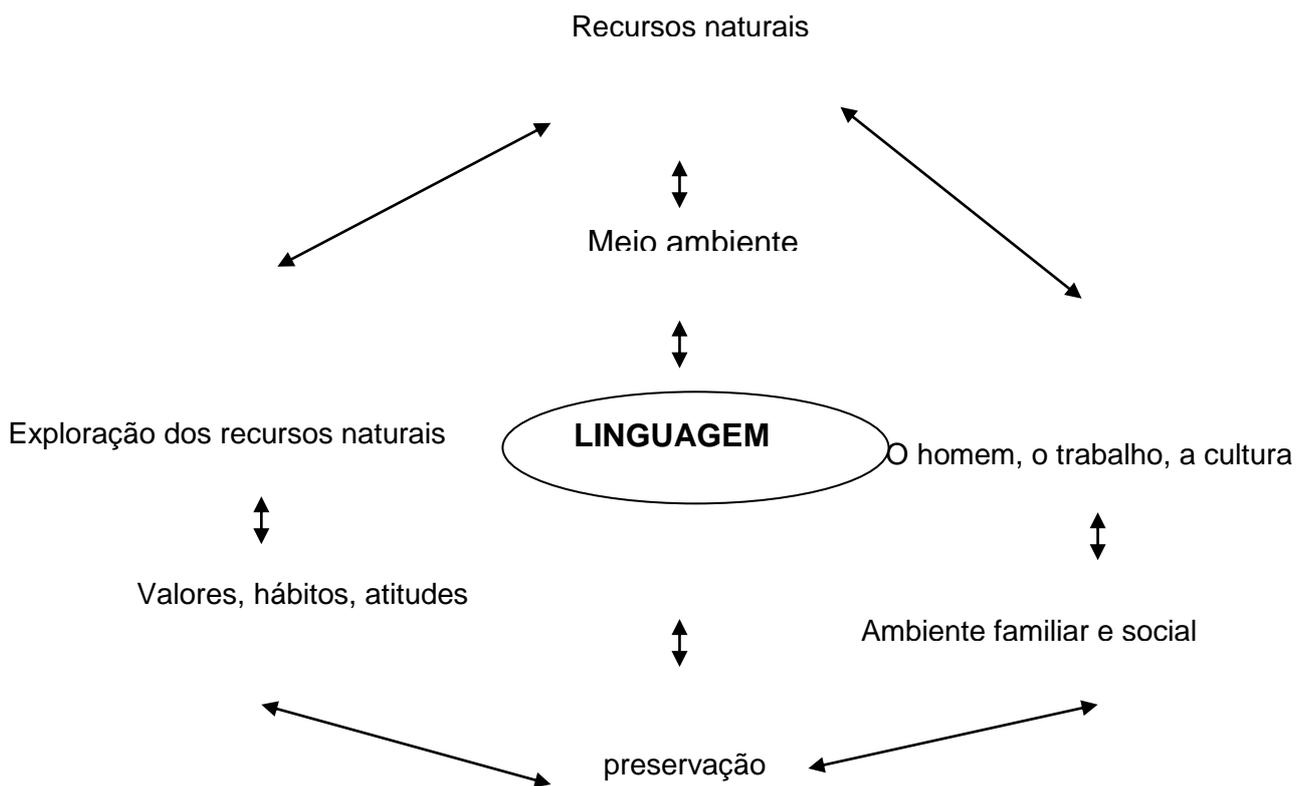


Eixo ético-político – constituído pelos valores éticos, morais, políticos, coletivos e individuais inter-relacionados e mediados pela Linguagem



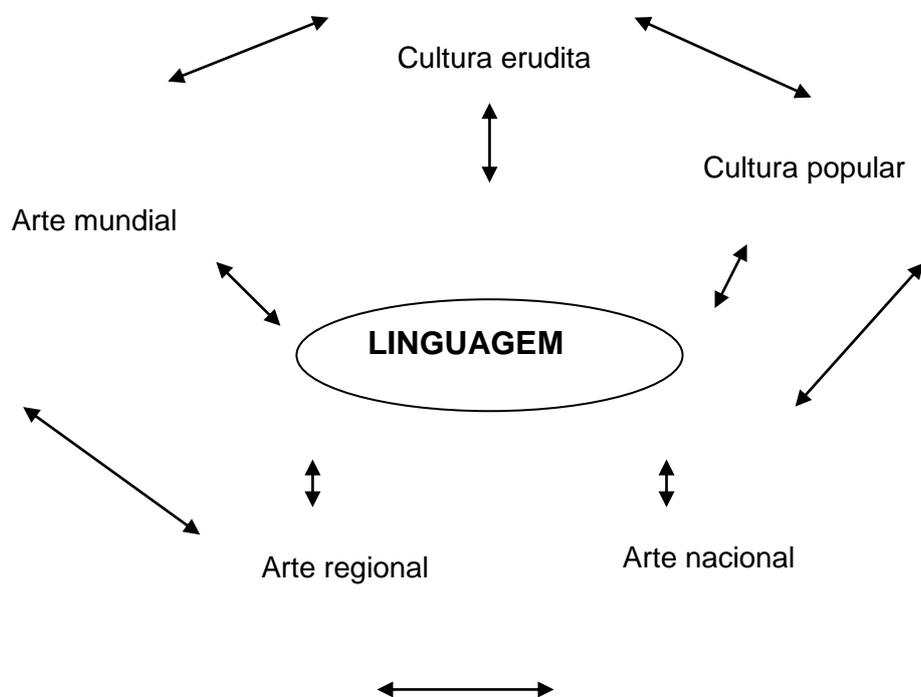


Eixo Sócio - Ambiental – constituído de tópicos fundamentais à compreensão da necessidade de preservação dos recursos naturais, como valores, hábitos e atitudes, estudo do meio ambiente, do homem e da cultura, das transformações realizadas pelo homem na natureza, a exploração dos recursos naturais pelo trabalho, a constituição da consciência ambiental sempre inter-relacionados e permeados pela linguagem.



Eixo estético - cultural - intermediado pela Linguagem, este eixo deve possibilitar ao aluno o conhecimento da cultura humana em suas diversas modalidades como: as diversas culturas que constroem a cultura brasileira, paranaense e regional, mundial a arte clássica e popular em suas várias manifestações. Como a cultura é o conjunto de todas as criações humanas, deve ser privilegiada no trabalho pedagógico, com atividades em todas

as áreas do conhecimento, de maneira a constituir-se em um trabalho interdisciplinar (exemplificado mais adiante)



Exemplo de interdisciplinaridade dentro dos eixos articuladores

De acordo com os eixos articuladores do currículo, é possível desenvolver um trabalho interdisciplinar CONFORME O **EXEMPLO** ABAIXO:

Conteúdo principal: **Organização dos seres vivos no meio ambiente**

Eixo científico

Conteúdos

Alimentação e hábitos de higiene – saúde/ A reprodução – células - o corpo humano – o desenvolvimento/ O ambiente doméstico / O ambiente escolar/O quintal das moradias / A água/ Ar / Solo / Animais.

Atividades: Pesquisas em livros – exposição do professor – discussões e trabalhos em grupo com leituras e produção de textos - plantação de árvores, jardins e hortas – construção de terrários - observações e experiências - medição de canteiros, espaço entre os mesmos – produção de sínteses do conhecimento – relatórios das observações.

Eixo estético-cultural

Conteúdos: Cores, formas, perspectiva, simetria, apreciação artística, estilos, gêneros musicais, ritmo, som, harmonia, rimas, técnicas de pintura e desenho, origami, estudos sobre artistas brasileiros, paranaenses e regionais.

Atividades: desenho (natureza, animais), pintura (murais com desenhos e origami – plantas), recorte, música, dança, teatro, e produção de textos, produção de maquetes (Terra – rios – moradias – ruas e bairros), Produção de poemas, leitura de imagens, vídeos.

Eixo Sócio – ambiental

Conteúdos: as mudanças realizadas pelo homem na natureza, o trabalho – as várias profissões – as indústrias e seu impacto no meio ambiente, a escola e a comunidade, a qualidade de vida no bairro, na cidade, no município e no Estado, os efeitos da poluição nos diversos ambientes, a ética nos cuidados com a natureza

Atividades: Visitas aos vários ambientes da região, residências na comunidade, praças e jardins, parques, matas, rios, produção de textos - relatórios, anotações de resultados, entrevistas, panfletos ecológicos, jornal escolar, estudo dos problemas ambientais: no bairro, na cidade, no município, na região.

Eixo Ético – político

Conteúdos: valores éticos e morais (hábitos de convivência – civismo – respeito – responsabilidade), religiosidade, relações sociais - familiares –escolares - de trabalho e poder, organização social – meios de comunicação e seu impacto na vida cotidiana.

Atividades: entrevistas, produção de textos, relatórios, elaboração de códigos de ética e conduta social: boas maneiras, comportamento solidário e participativo na escola, na família, nas brincadeiras.

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 07 de 14 de dezembro de 2010, as áreas do conhecimento para os anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos contempla:

- 1. As Linguagens (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física)**
- 2. Matemática**
- 3. Ciências Humanas (História e Geografia)**
- 4. Ciências da Natureza (relações dos seres vivos no meio ambiente)**
- 5. Ensino Religioso**

**Parte diversificada:
Cultura Indígena e afro-brasileira.**

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUA ESPECIFICIDADE

A Educação de Jovens e Adultos deve assegurar a todas as pessoas que ainda não conseguiram alcançar o nível de formação acadêmica imprescindível a melhoria da sua atuação na sociedade e ao desenvolvimento das atividades profissionais, os direitos à educação e a cultura para o exercício pleno de sua cidadania.

A Educação de Jovens e Adultos constitui uma necessidade no sentido de garantir o direito a educação escolar a todos os cidadãos maiores de quinze anos que não tiveram acesso à escola na idade própria. Como função social da maior importância, a EJA tem na alfabetização sua demanda fundamental, visando oferecer aos jovens e adultos, maiores expectativas na vida e despertar sua vontade de continuarem os estudos e buscarem maiores conhecimentos científicos/culturais que lhes possibilitem atuarem conscientemente sobre a realidade social em que estão inseridos.

A organização curricular na Educação de Jovens e Adultos, deve contemplar conhecimentos, conteúdos e metodologias que possibilitem uma formação na qual os educandos possam aprender permanentemente, agir com responsabilidade, participar pelo trabalho na vida coletiva, comportar-se de maneira solidária, acompanhar dinamicamente as mudanças sociais, enfrentar problemas novos e construir soluções originais a partir de conhecimentos metodológicos adequados.

Como sujeito histórico-social, o Educando de EJA possui conhecimento e experiências de vida construídos no cotidiano: Na elaboração individual, pelas experiências vivenciadas na elaboração coletiva, pelas interações sociais. Esses conhecimentos devem ser valorizados pela escola, como ponto de partida para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem de novos saberes. Tendo em vista a diversidade destes educandos suas situações de vida socialmente diferenciadas, é necessário que a educação de jovens e adultos proporcione um atendimento de boa qualidade, aproveitando outras formas de socialização como expressão de cultura própria.

Partindo desses pressupostos, a organização curricular da EJA precisa contemplar conteúdos significativos para a vida do aluno, tempo diferenciado de aprendizagem,

observando os limites e possibilidades de cada educando em sua singularidade, pois cada um possui seu tempo próprio de formação, elaborando conceitos a partir de uma perspectiva de ressignificação do mundo e de si mesmo.

Nessa visão, cabe ao processo educacional da EJA apontar para uma nova relação entre ciência, trabalho e cultura que constitua uma base sólida de formação científica e histórica, possibilitando aos educando além do desenvolvimento de suas potencialidades como seres humanos, também o desenvolvimento do senso crítico, das capacidades de ler e interpretar o mundo, por meio da atividade reflexiva. Para isso, é necessário que no trabalho em sala de aula sejam estimulados debates e discussões sobre temas relevantes e atuais de interesse para a vida dos alunos; que o conhecimento veiculado tenha consistência teórico/prática, estabelecendo vínculos concretos com a realidade cotidiana. Além de alfabetizar, a EJA tem o papel essencial de proporcionar ao educando um espaço de cidadania no qual ele possa socializar-se, educar-se e instrumentalizar-se para o trabalho, valorizar-se como pessoa que realmente conhece seu lugar e sua importância, como ser social em uma sociedade de classes. No transcurso desse processo, a autonomia intelectual dos educandos deve ser estimulada, para que possam dar continuidade aos estudos, com sucesso.

O tempo que os educandos da EJA permanecerem no processo educativo escolar terá valor próprio e significativo, portanto a escola deve superar o ensino enciclopédico e buscar mais a qualidade dos conhecimentos veiculados do que a sua quantidade.

A organização curricular na EJA⁴

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1200 HORAS
CURSO: ENSINO FUNDAMENTAL – EJA FASE I
ÁREAS DO CONHECIMENTO :
LÍNGUA PORTUGUESA (Arte e Educação Física)
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS
ESTUDOS DA SOCIEDADE E DA NATUREZA (Ciências, História, Geografia, Cultura Afro-brasileira e Indígena, Ensino Religioso)
REGIME: ETAPA ÚNICA
TURNOS: DIURNO E NOTURNO

⁴ Proposta Pedagógica Educação de Jovens e Adultos - 2011

Educação Integral

“A cultura é um privilégio. A escola é um privilégio. E não queremos que seja assim. Todos os jovens deveriam ser iguais perante a cultura”... (Gramsci)

A necessidade da oferta de um ensino de qualidade para a escola pública, uma escola que dê conta de instrumentalizar os educandos para exercerem seu papel na sociedade e na vida, tem sido a tônica das discussões em torno da educação há muito tempo. No entanto, apesar de se instaurarem mudanças nas práticas pedagógicas a partir de modelos de novas concepções e paradigmas, a educação popular continua com graves problemas quando se considera os resultados de avaliações nas escolas públicas e os números da evasão, da retenção e de crianças ainda não escolarizadas. Ainda, entre aqueles que estão freqüentando a escola e são promovidos sem o necessário domínio de conteúdos importantes e necessários.

Arroyo (1997) faz uma crítica bastante realista da educação brasileira partindo da seguinte indagação: “é possível uma escola elementar que ensine ao menos os conhecimentos básicos aos filhos das camadas populares?”

O índices de evasão e retenção nas escolas ainda são bastante altos apesar das várias estratégias e procedimentos criados a partir das políticas educacionais implantadas nos últimos dez anos no Brasil. O fracasso escolar muitas vezes é camuflado por mecanismos adotados pela própria escola, fazendo com que alguns alunos permaneçam no ciclo anterior àquele em que realmente deveriam estar formalmente, na tentativa de resgatar conteúdos não apropriados por eles durante o ano letivo. Porém, o fato mais grave e de fácil confirmação é que a grande maioria das crianças não se encontra em condições de aprendizagem satisfatória quanto ao domínio da leitura e da escrita ao chegarem ao 5º ano.

Como mudar este quadro tornando realidade uma situação de sucesso para os alunos das escolas públicas, é o grande desafio que se impõe.

Segundo Arroyo (id) é preciso que se tenha coragem, ânimo e esperança e que se acredite que “a educação para o povo é possível e necessária.”

Nesse sentido, parece importante, inicialmente, reconhecer que existem mazelas na educação escolar que é ofertada neste momento histórico, a sua extensão e as suas

conseqüências reais, para depois poder-se pensar quais ações seriam cabíveis para sua superação.

Quando se refere à organização de uma escola que atenda aos interesses das classes populares parece importante enfatizar a própria função social da escola:

“como agência socializadora do saber sistematizado” – tem de ir além quando é vista à luz da especificidade da negação da cidadania dos trabalhadores.” A classe trabalhadora que constrói a cidade é excluída de muito mais do que o saber sistematizado. É excluída do espaço para a convivência, solidariedade, lazer, cultura. (...) A escola como espaço social tem de ter uma função básica: ser o espaço sócio-cultural que o mundo do trabalho e a cidade negam ao trabalhador.” (Arroyo, 1997, 50)

A escola pública teria de garantir aos educandos o espaço para aprenderem a pensar, ao lado de uma experiência mais abrangente que lhes garantisse a apropriação dos instrumentos e à incorporação de saberes que os conduzissem ao mundo letrado.

Assim sendo, e não só para as classes mais favorecidas, mas também e principalmente para os filhos das classes populares, a escola precisa ser aquela instituição que vai além da transmissão pura e simples do saber sistematizado, pois estes alunos têm os mesmos direitos daqueles que são filhos das classes mais abastadas: um deles, com certeza, é o direito de serem inseridos em escolas que realmente se traduzam como ambientes sócio-culturais. A escola precisa transmitir a todas as crianças e jovens, além do conhecimento científico, também segurança, informação e exercício do raciocínio para que consigam pensar logicamente e sejam capazes de fazer frente às inúmeras exigências e necessidades presentes no mundo do trabalho. É necessário garantir às crianças pequenas a base necessária à continuação de seus estudos através de Educação Infantil e Fundamental à altura das necessidades de sua formação como pessoas e aos jovens uma maneira concreta de instrumentalização.

Há que se considerar ainda que a educação escolar não consiste somente na transmissão-assimilação de conceitos e conhecimentos científicos, ela é também e principalmente, permeada por uma importante rede de fatores sócio-afetivo-emocionais que se transformam constantemente e que fazem com que o trabalho pedagógico possua características totalmente diferenciadas de outros fazeres humanos. Essas características são determinantes da função da escola como instituição social responsável pela constituição das pessoas, pela construção dos valores humanos necessários à vida em sociedade.

Segundo Sacristán (2001,p. 30) a educação, especialmente na fase fundamental, tem

a função de custodiar a infância ampliada modernamente pela responsabilidade para com a Educação Infantil “1ª etapa da Educação Básica” e a Educação de Jovens e Adultos.

As mudanças sociais que ocasionaram a universalização do ensino fizeram com que as escolas se tornassem semelhantes ao ambiente familiar para o cuidado da criança e do adolescente. Por conta da necessidade, principalmente ocasionada pela incorporação da mulher no mundo do trabalho, a família necessitou cada vez mais das instituições que cuidassem dos filhos. Esse espaço poderia ser outro, mas foi a escola.

A Escola de Tempo Integral priorizará o ensino dos conteúdos e conhecimentos sistematizados presentes na organização curricular da educação básica, a cultura, o esporte e as relações sociais escola/comunidade. A escola de tempo integral deverá ser o espaço integrador da comunidade escolar com a família.

Para que a educação integral se efetive, é necessário mobilizar outros atores sociais, profissionais de diferentes áreas, a família, que sob a coordenação da escola, poderão desenvolver atividades no espaços escolar ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais ali existentes, bem como estabelecer parcerias com órgãos e entidades locais.

A implementação desta proposta requer a reestruturação geral da escola não só com relação aos recursos físicos, materiais e humanos necessários ao seu bom funcionamento, mas também, uma grande mudança nas concepções e nas crenças dos professores, diretor, coordenadora e funcionários e principalmente dos pais e da comunidade no entorno da escola. O que todas as escolas de modo geral necessitam para o sucesso dos alunos, a Escola de Tempo Integral vai necessitar com muito maior ênfase, no que se refere à formação inicial e continuada dos seus profissionais. Ela terá de contar com profissionais comprometidos com a formação integral dos alunos, cuja concepção do processo educativo seja mais ampla e complexa.

São também necessárias mudanças na organização curricular, na organização do trabalho pedagógico e no processo de ensino como um todo, já que esta pressupõe a oferta de maior tempo de permanência dos alunos durante o período diário de aulas, exigindo maior especificidade e diversidade no atendimento dos mesmos.

Para a implantação dessa proposta, alguns fatores são imprescindíveis:

- *Objetivos claros, bem delineados e compreendidos por toda a equipe escolar;*
- *planejamento coerente com a realidade da comunidade no entorno da escola, com*

atividades e procedimentos pedagógicos que atendam à especificidade e ao tempo disponíveis;

- *participação da comunidade nas decisões através do Conselho Escolar;*
- *formação continuada de profissionais (professores e funcionários) voltada para a realidade da escola em tempo integral;*
- *reestruturação curricular que vise as mudanças necessárias a essa realidade;*
- *aproveitamento real do tempo de permanência oferecido pela proposta para promover e garantir a apropriação e o domínio real dos conteúdos escolares pelos alunos;*
- *acompanhamento contínuo e avaliação periódica do processo de implantação da proposta e de seu desenvolvimento na prática.*

A concepção dialética da educação se faz presente nesta proposta, pela ênfase no processo de ensino e nos conteúdos como instrumentos intelectuais imprescindíveis à promoção do educando, com a oferta de conhecimentos mais aprofundados da cultura, os conhecimentos científicos, visando a análise da realidade como forma de intervenção na mesma.

Os conteúdos devem favorecer o desenvolvimento da dialética continuidade/ruptura. Por isso precisam ser relevantes, terem ressonância na vida dos alunos, serem-lhes “necessários à vida” como dizia Vygotsky e serão eles o cerne desta proposta para a escola de tempo integral.

Através destes pressupostos, é possível perceber que há muitos fatores importantes que devem ser priorizados na implantação de um projeto de tal envergadura, mas o essencial é que exista a vontade política das instâncias mantenedoras para a oferta das condições necessárias e o comprometimento dos profissionais que atuarão na escola. Deles é a palavra inicial e o compromisso real.

Objetivos da Escola em Tempo Integral:

- *Possibilitar a melhoria na qualidade da educação, garantindo o ingresso, o regresso e a permanência com sucesso dos alunos na escola.*
- *Diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.*

- *Reduzir a exposição dos alunos em situações de risco, desigualdade e discriminação social, diminuindo assim os índices de reprovação e evasão escolar.*
- *Desenvolver ações sócio-educativas e culturais nas áreas da saúde, esporte e lazer, cultura, tecnologias da informação e comunicação meio ambiente, direitos humanos,, de acompanhamento escolar e reforço, para todos os alunos da escola de forma permanente e continuada, articuladas às áreas do conhecimento, às vivências e práticas socioculturais.*
- *Valorizar a escola como espaço aberto de conhecimento, promovendo parcerias e ações integradas para o desenvolvimento da comunidade escolar.*

Para que a escola em tempo integral como princípio organizador do currículo escolar se efetive, é necessário que ocorra a interdisciplinaridade, promovendo a socialização das experiências entre os professores, a integração de experiências e conhecimentos, articulando as práticas pedagógicas, através do desenvolvimento do trabalho coletivo. E é por meio do trabalho coletivo, que se buscará superar o paralelismo entre turno e contraturno, de modo que não exista uma escola divertida no tempo ampliado e a escola apática no turno comum.

A organização das atividades na Escola em Tempo integral deve articular-se em torno dos Quatro eixos curriculares da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino, constituídos de Eixo científico, eixo ético-político, eixo estético cultural, eixo sócio-ambiental. A partir destes eixos articulam-se as áreas do conhecimento: – Linguagem (Língua Portuguesa, Arte e Educação Física) Matemática, Ciências Sociais, Ciências da Natureza, Ensino Religioso, Estudo das Culturas Indígena e Afro-brasileira..

Neste sentido, o currículo da Escola em Tempo Integral deve ser entendido como organizador, integrador e dinamizador do conjunto das ações projetadas e desenvolvidas entendido como uma sistematização histórica social refletida na Proposta pedagógica da escola, contemplando os seguintes aspectos:

- *dimensão de totalidade das ações desenvolvidas pela escola;*
- *flexibilidade dos processos pedagógicos, oportunizando maior compreensão e participação no movimento da realidade;*
- *continuidade e consistência das atividades educativas, devendo estas serem planejadas durante o ano e articuladas entre si;*
- *uma concepção clara e definida de gestão educativa, visando garantir ação efetiva*

dos sujeitos envolvidos no processo educativo;

- *concepção de avaliação em consonância com os objetivos da ação educativa, que oriente os processos pedagógicos em suas diferentes formas;*

- *avaliação sistemática das atividades educativas necessitando que todas as atividades desenvolvidas sejam avaliadas por todo o coletivo da escola, favorecendo o re-direcionamento do processo de ensino/aprendizagem de forma que possa contribuir para o sucesso do aluno;*

- *concepção sócio-histórica da aprendizagem que permita a adoção de critérios consistentes na seleção de conteúdos, na definição de objetivos, no estabelecimento de estratégias metodológicas e nas decisões sobre formas de organização dos processos pedagógicos.*

O planejamento coletivo do trabalho na escola em tempo integral necessita manter o equilíbrio entre as diversas atividades para que não sejam desenvolvidas atividades sem objetivo educacional. É necessário que sejam organizados os tempos e os espaços entre as atividades de sala de aula (acadêmicas) e aquelas desenvolvidas no pátio, nas quadras de esportes, e outros ambientes, mais informais porém, sempre educativas.

De acordo com a resolução 07/2010 CNE, a jornada escolar na escola de Tempo Integral deverá ser organizada em 7 horas diárias no mínimo, perfazendo um total de 1200 horas anuais.

A proposta da escola de tempo integral visa desenvolver ações sistemáticas e planejadas de caráter social e educativo para os alunos, que possam enriquecer e complementar o trabalho educativo realizado na escola, assegurando o desenvolvimento integral dos alunos, de acordo com as necessidades da comunidade onde a escola está inserida.

AVALIAÇÃO

Como processo diagnóstico, a avaliação não se constitui apenas em forma de descobrir se o aluno aprendeu, mas de refletir sobre o ensino e a eventual necessidade de transformação das práticas.

Já foi explicitado, nesta proposta, a importância dos conteúdos e que não se trata de menosprezar os métodos de ensino, pois sabe-se que a metodologia também tem um

papel relevante no processo. Mas, considera-se necessário lembrar que a ênfase dada aos métodos e técnicas durante os últimos anos vem fazendo com que se esqueça a importância dos conteúdos e de seu aprofundamento.

Segundo esta proposta, o que mais importa é a real aprendizagem dos alunos. Esta tem de acontecer. E tem de acontecer com qualidade naquilo que é aprendido, principalmente pelos alunos das classes populares, que têm, como única instância educacional a escola pública.

A avaliação deve priorizar:

- *Os diversos níveis de complexidade de um mesmo conteúdo;*
- *a realização em momentos corriqueiros e também em momentos exclusivos;*
- *as produções cotidianas dos alunos;*
- *a definição clara de objetivos;*
- *a definição clara dos conteúdos avaliados;*
- *os meios e processos mais adequados para avaliação;*
- *a coerência entre objetivos, conteúdos, processos e julgamentos;*
- *as múltiplas formas de avaliação;*
- *a concepção de avaliação observando três procedimentos: constatação, reflexão, superação do problema.*

Na constatação do erro, é preciso considerar a dificuldade do conteúdo, possibilidade de dedução e generalização equivocada do conceito, as dificuldades impostas pela competência linguística do aluno, a ausência de pré-requisitos, a lógica que norteou a elaboração do aluno, verificar se não ocorreu uma indução ao erro em razão da generalização inadequada de outro raciocínio ou princípio.

A reflexão se fará a partir destas constatações resultando na necessidade ou não de redimensionamento do processo de ensino ou da mudança de metodologia pelo professor.

A superação do problema deve ser procurada pela tomada de decisões e em ações concretas de reordenação das condições de execução do processo pedagógico.

Procedimentos necessários no processo de avaliação:

- *Apresentar o conteúdo em totalidades significativas (fundamentos e não fragmentos);*
- *aplicar atividades práticas em que os alunos utilizem os conhecimentos adquiridos;*

- *a partir dos resultados da produção dos alunos, observar quais os conteúdos que eles não dominam, quais os que dominam e quais os que dominam em parte;*
- *oferecer aos alunos explicações mais completas dos conteúdos não dominados (Estudos complementares), utilizando novos procedimentos didáticos (atividades diferenciadas) e procurar, de todas as maneiras fazer com que aqueles conhecimentos sejam assimilados e compreendidos por todos, de maneira satisfatória;*
- *a partir dos resultados evidenciados na avaliação, o professor precisa fazer uma reflexão sobre sua prática, sobre a significância dos conteúdos trabalhados, sobre os conhecimentos elaborados a partir deles e sua relevância na vida dos alunos. Esta reflexão será o subsídio de que o professor poderá lançar mão para suas futuras ações pedagógicas.*

A avaliação possui, dessa forma, caráter diagnóstico, mostrando para o professor a verdadeira situação de sua turma, o resultado de seu trabalho e servindo de parâmetro para o planejamento de suas atividades, para que seja possível o desenvolvimento de ações de complementação de estudos em áreas nas quais os alunos apresentem necessidade de reforço.

A avaliação é, antes de tudo a maneira de descobrir se o trabalho do professor está dando resultado, se é necessário uma mudança nos procedimentos adotados, nas metodologias ou nos conhecimentos veiculados pela escola. Deve propiciar uma permanente reflexão sobre todos os aspectos do trabalho pedagógico e as formas de redimensionamento desse trabalho, quando necessário.

Nesse sentido, o ato de avaliar deve detectar as dificuldades mais comuns dos alunos e dos professores a partir de registro contínuo das fases do processo de ensino/aprendizagem, das observações realizadas em sala de aula e no âmbito escolar, das atividades realizadas individual e coletivamente, dos progressos de cada aluno, dos grupos de alunos, do trabalho da turma e do professor.

Conselho de Classe Coletivo

O conselho de classe constitui-se num momento de vital importância no contexto escolar, como órgão deliberativo que deve servir de parâmetro para o desenvolvimento do

trabalho pedagógico. Tendo sempre, como meta, o desenvolvimento de estratégias que possibilitem a todos os alunos a apropriação do conhecimento. Por isto, é necessário que durante sua realização, os professores não se limitem a constatar as dificuldades e/ou o fracasso dos alunos, mas que o conselho resulte num esforço positivo e concreto do coletivo escolar no sentido de estabelecer formas de ajudar esses alunos a superar suas dificuldades. Dessa forma, o Conselho de Classe se tornará um momento coletivo de busca e interação dos professores em esforço comum em prol do aluno.

Visando estabelecer um parâmetro para a realização de um Conselho de Classe mais produtivo esta proposta prescreve que todos os professores se reúnam, levando o material produzido pelos seus respectivos alunos, assim como as fichas de avaliação individuais e, cada um em sua vez, descreva a situação de sua turma, dando a conhecer, no coletivo, as práticas, os saberes produzidos e os resultados da aprendizagem. Assim, todos conhecerão todos os alunos e poderão, juntos, encontrar a forma mais condizente de resolver eventuais problemas, ajudando-se mutuamente. Poderá, nessa ocasião, ser realizada uma pequena exposição de trabalhos que servirá, além de tomada de conhecimento e avaliação dos alunos; como partilha de interessantes experiências entre os professores.

O conselho de classe deve realizar-se nas datas determinadas pelo Calendário Escolar, podendo realizar-se em outros momentos de houver necessidade.

Deve-se iniciar com um pré-conselho, no qual o professor de cada turma, individualmente se reúne com o coordenador e, juntos analisam os trabalhos realizados pelos alunos, discutindo seu desempenho e as eventuais dificuldades. Depois dessa primeira etapa, no coletivo, todos apresentam os resultados desse pré-conselho, socializando os sucessos e as dificuldades eventuais e discutindo as ações que deverão ser desenvolvidas a partir daí.

É indicado também a realização do conselho em várias etapas, sendo a primeira no início do ano, durante o primeiro bimestre, como forma de diagnosticar e analisar a situação de aprendizagem dos alunos, as eventuais falhas na apropriação do conhecimento; as correções a serem feitas; os métodos que precisam ser utilizados etc.

No segundo bimestre, realiza-se uma análise das ações desenvolvidas e os seus resultados, a partir dos quais se planejará as ações para o bimestre seguinte e assim, consecutivamente, até o final do ano.

As formas de organização do conselho de classe ficam condicionadas às possibilidades da escola, no entanto, o que esta Proposta coloca como essencial é o seu

caráter de trabalho coletivo, de tomada de posição e de decisões nas quais todos devem estar efetivamente envolvidos.

As referências e as indicações para a realização do Conselho de Classe Coletivo encontram-se explicitadas nos Cadernos Pedagógicos.

Progressão nos Ciclos

Na organização da escolaridade em ciclos, os alunos são avaliados continuamente e, no final do ano, são promovidos para outra turma.

Durante os três primeiros anos (Ciclo Inicial de Alfabetização), os alunos serão automaticamente promovidos, **não havendo retenção durante esse período**. No final desse Ciclo, os alunos, sendo comprovada a apropriação dos conteúdos relativos ao ciclo, serão aprovados e encaminhados ao Ciclo complementar de Alfabetização. No final deste Ciclo, realizadas as avaliações, se for comprovada a apropriação dos conteúdos, o aluno será promovido, caso contrário, será retido no Ciclo.

Fica assim caracterizado que, a retenção de alunos só deverá acontecer nos anos finais dos Ciclos.

Aos alunos que apresentarem dificuldades na apropriação dos conteúdos do ciclo em que se encontram, deverão ser ofertados **Estudos Complementares** com metodologia específica, em horários a serem decididos pelas escolas, de acordo com suas possibilidades. Tais alunos deverão receber esse atendimento e serem continuamente avaliados, até que consigam superar suas limitações, podendo ser então promovidos para outra turma.

Para ter noção clara do progresso dos alunos, é essencial que os professores registrem continuamente todas as mudanças acontecidas em sua aprendizagem de forma a que esses registros se constituam em um referencial seguro no momento da tomada de decisões para sua eventual promoção ou retenção.

A exatidão dos dados durante o processo de ensino/aprendizagem nos Ciclos é que irá determinar a retenção ou a promoção dos alunos, o que pode resultar em seu sucesso ou seu fracasso. Por essa razão é que se dá ênfase à necessidade de registros exatos do desenvolvimento de cada aluno e na grande responsabilidade que têm os professores nessa tarefa.

Práticas de intervenção pedagógica

Geralmente as instâncias formadoras de professores, em seus currículos, não consideram o aluno real, de carne e osso que vive num contexto, muitas vezes adverso, mas idealizam um modelo de aluno que não corresponde à realidade que os professores encontram na escola. Este fato faz com que as dificuldades na aprendizagem dos alunos que poderiam ser resolvidas com procedimentos diferenciados de acompanhamento mais efetivo por pais e familiares, tornem-se um muro intransponível entre as crianças e o sucesso escolar, ocasionando o fracasso escolar desses alunos.

Procurando considerar o aluno que fracassa como parte integrante do contexto de uma classe social, como produto desta, é possível fazer a mediação entre o individual e o social. Desmistificando a patologia imputada a essas crianças que fracassam, a escola deve mostrar, através de um trabalho competente que essa criança é capaz de aprender e de apresentar a especificidade própria de pensamento diretamente associada à classe social de sua origem. A valorização, pela escola, dos conhecimentos e experiências dos alunos, pode ser o caminho para a desmistificação do conceito da patologia atribuída à classe (pobre) revelando ainda a existência da singularidade dessa classe.

Uma educação que se pretende a favor das classes populares, tratará de encontrar mecanismos de inclusão e promoção de todos os alunos, desenvolvendo ações no sentido de proporcionar-lhes uma aprendizagem real e, se isso não for possível, se alguns alunos não conseguirem apropriar-se do conhecimento veiculado pela escola, esta deverá oferecer-lhes outras oportunidades de aprendizagem que lhes possibilite aprender como os demais.

No intuito de responder a essa necessidade que se coloca como um entrave ao sucesso escolar dos alunos das escolas municipais, a presente proposta prevê atividades de intervenção que serão desenvolvidas com alunos que apresentarem maiores dificuldades na aprendizagem ou que estiverem em defasagem de conteúdos em relação ao ano do ciclo em que estão inseridos. Essas atividades acontecerão em horário contrário ao do período normal das aulas (contraturno) ou durante o mesmo período (reforço paralelo), conforme as possibilidades da escola, em aulas complementares que deverão apresentar um programa de trabalho elaborado junto com a equipe pedagógica da escola e analisado pela equipe da SME. A metodologia desse trabalho deve constituir-se de atividades que contemplem as necessidades de cada grupo de alunos (não mais que cinco alunos por grupo) a partir dos seguintes procedimentos norteadores:

Atividades diversificadas

Se o aluno não aprendeu em sala de aula, mesmo com toda a boa vontade e o esforço de seu professor, de nada adiantará outro professor tentar ensinar-lhe, mesmo que em outra circunstância, se continuar utilizando a mesma metodologia do anterior, ou as mesmas atividades. Se o aluno já fracassou uma vez, perante o professor e os colegas, sentir-se-á menos importante que os demais e sua auto-estima se encontrará em situação crítica. Sua idéia, normalmente é de que jamais aprenderá. Será então necessário que se resgate a auto-estima do educando tentando, por outros meios, fazer com que ele aprenda.

É preciso esclarecer que não se pode resgatar a auto-estima do educando, sem ajudá-lo concretamente em suas necessidades, valorizá-lo naquilo que ele faz melhor, mostrar-lhe que ele é capaz em situações concretas de aprendizagem.

As formas de intervenção nestes casos precisam ser diferentes daqueles procedimentos utilizados normalmente em sala de aula e que, para alguns alunos, não deram resultado. É então necessário organizar o ensino de maneira a privilegiar todas as dificuldades encontradas entre os alunos nas turmas da escola através do diagnóstico inicial realizado a partir da história do aluno e de seus conhecimentos. De posse deste diagnóstico é que o professor planejará os procedimentos a serem adotados com aqueles alunos.

As atividades mais importantes, no entanto, serão aquelas relacionadas à oralidade, à leitura, à interpretação, à produção de textos. As leituras devem ser realizadas a partir de textos significativos para o aluno, como; histórias, lendas, poesias, pequenos textos informativos. Pode-se mesclar as leituras dos diversos textos, para que o conhecimento das várias áreas (Linguagem Matemática, Arte, Natureza e Sociedade) façam mais sentido para o aluno, tornando-se parte das aulas de maneira interessante, compreensível além de interdisciplinar. Também através de atividades de dramatização com utilização de trajes de época, música, dança, confecção e utilização de fantoches, caricaturas e desenhos que retratem personagens da história, fatos ocorridos é possível realizar um bom trabalho. Na Linguagem matemática, as situações-problema precisam ser relacionadas aos temas da vida cotidiana, utilizando-se jogos e brincadeiras que levem o aluno ao raciocínio de forma mais efetiva Práticas de intervenção e atividades diferenciadas

Os contos da literatura infantil e outras histórias constituem uma rica fonte de

aprendizagem, além de favorecerem a *catarse*⁵ necessária à elaboração dos conflitos infantis e podem ser trabalhados de muitas maneiras, principalmente na alfabetização. Após a leitura ou narrativa de um conto, é possível extrair dele toda uma gama de conhecimentos enriquecedores da imaginação, da linguagem oral e escrita, além de conhecimentos como a história, a cultura, o vocabulário de outros povos e de outras épocas, resultando na aprendizagem de palavras novas, produção de textos mais interessantes, desenhos, murais, atividades teatrais e lúdicas em geral. (Pedroso, 2012)

O material pode ser simples, de preferência confeccionado pelos alunos com material reciclável e/ou material barato, facilmente encontrado no mercado, como emborrachados e cartolina. Tampinhas, palitos de madeira, roupas antigas, velhos sapatos e chapéus, gravuras antigas, velhos objetos de uso arcaico, e tantos outros materiais são fontes ótimas na aprendizagem dos Estudos da Natureza e Sociedade.

Os passeios para conhecer ou localizar lugares, com objetivo determinado, com elaboração de pequenos relatórios; as cartinhas para colegas, para amigos e outras pessoas, também devem ser utilizados pela professora neste trabalho.

O importante é buscar de todas as formas ajudar os alunos a compreenderem e assimilarem de maneira real os conhecimentos, criando, a partir deles os seus próprios conceitos sobre a realidade. Para que possam escrever uma história de sucesso escolar da qual são merecedores, como seu direito inalienável.

Gestão democrática da escola

A gestão democrática da educação formal está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de propostas pedagógicas; no planejamento coletivo; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a

⁵ CATARSE – Conceito utilizado por Wallon (Apud Dantas, 1997, p. 48) para referir-se à ação de agir indiretamente sobre a inteligência, atuando na subjetividade através da emoção, elaborando os conflitos que estão retidos na subjetividade e que representam uma barreira para a aprendizagem. Por exemplo, ao ouvir a narrativa de uma história cuja personagem tenha uma vivência parecida com a sua, a criança poderá identificar-se com ela e resolver os conflitos que afetam sua objetividade e não a deixam aprender.

permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação.

Segundo Gadotti (1994), a gestão democrática da escola exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é do estado e não da comunidade.

A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Nela, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto.

Nesse sentido algumas dimensões dessa instituição escola devem ser apontadas: a questão da identidade da escola e como essa identidade se articula com o trabalho pedagógico; visão da escola como um recurso da comunidade e o seu papel na família, as relações interinstitucionais, a relação da escola com a secretaria municipal de educação, com a sociedade organizada e com o conselho escolar, as relações em um contexto social mais amplo.

Há pelo menos duas razões que justificam a implantação de um processo de gestão democrática na escola pública:

1. *porque a escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola está prestando um serviço também à comunidade que a mantém.*

2. *porque a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola: o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do seu funcionamento e de todos os seus atores; propiciará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em consequência, aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores.*

Quando a escola consegue criar, aos poucos, uma ambiência favorável ao trabalho coletivo, alcançada através do esforço democrático e criativo, em que as atribuições de

cada segmento escolar são claramente compreendidas por todos porque todos vão compreendendo o sentido prazeroso de se construir juntos uma gestão pública da escola, ela vai formatando a sua autonomia, sempre relativa. Autonomia aqui entendida como conquista e não doação de alguém para outro alguém ou de uma instituição para outra.

O envolvimento com satisfação e alegria num projeto qualquer e, principalmente, na proposta pedagógica da escola, depende da criação de vários espaços e tempos para que ele aconteça – espaços e tempos para encontros, festas, reuniões, confraternizações, passeios, estudo etc – e do estabelecimento de relações democráticas, de confiança e de comprometimento com um planejamento que vai se realizando e com o projeto que se pretende construir.

Existem várias formas de se considerar a alegria na escola. O filósofo Georges Snyders quer encontrar a alegria na escola no que ela oferece de particular, de insubstituível e um tipo de alegria que a escola é única ou pelo menos a mais bem situada para propor: que seria uma escola que tivesse realmente a audácia de apostar tudo na satisfação da cultura elaborada, das exigências culturais mais elevadas, de uma extrema ambição cultural. (SNYDERS, p. 13)

A criação, na escola, de uma ambiência democrática e dialógica, gradualmente ascendente e mais ampla, que envolva a todos os segmentos na definição de sua proposta pedagógica, altera a sua dinâmica e o seu fazer cotidianos. Isto re-significa o trabalho pedagógico para professores, alunos e demais funcionários que ali convivem diariamente e que vivenciam concretamente o currículo daquela instituição.

A escola bem cuidada é aquela onde convivem pessoas que, em primeiro lugar, cuidam-se enquanto seres humanos, individual e coletivamente. Pessoas que se valorizam, que estão sempre ou quase sempre motivadas e que são capazes de se organizar em torno de desejos comuns.

Nesse sentido, sentir-se bem na escola exige inicialmente a preocupação com a sua estrutura física, com a conservação das suas dependências e diferentes espaços como o seu jardim, as suas possíveis áreas livres e áreas esportivas para que alunos, professores e comunidade possam ocupar, frequentar e explorar prazerosa e pedagogicamente. Quanto menos cimento melhor. E se a escola não conta com estes espaços, nestas

condições, razão maior possui para que se dedique a reivindicá-los, a lutar por eles coletivamente e, por conseguinte, a conquistá-los. Nenhuma conquista ou mudança fundamental acontece gratuitamente, sem esforços, sem luta e sem conflito. Aí está a dimensão política do ato educativo.

Conselho Escolar

O Conselho é um instrumento eficaz de gestão da escola, no sentido de que ele divide as responsabilidades administrativas, financeiras e pedagógicas com os historicamente entendidos (diretor, equipe pedagógica e técnico-administrativa) assim as decisões por mais técnicas que sejam são sempre respaldadas pela comunidade através dos seus representantes.

O Conselho Escolar é um Órgão que deve cuidar dos interesses da escola e dos alunos, no sentido de:

- *buscar melhorias no cotidiano educacional escolar;*
- *preservar a qualidade da educação oferecida às crianças, aos jovens e aos adultos que estudam nos estabelecimentos sob sua responsabilidade;*
- *zelar pelos direitos dos educandos em todos os sentidos (inclusão, não-discriminação, relações prof./aluno, disciplina, violência, condições físicas – materiais e humanas da escola etc).*

Sendo a escola o principal espaço social de muitos bairros e cidades no Brasil, a ação de pertencimento que os usuários destes espaços passam a ter através da participação nos diversos mecanismos de controle criados, faz da prática educacional uma tarefa coletiva.

O mecanismo da Gestão Democrática que está presente na Constituição, na LDB e em outras legislações, aponta para a necessidade de que estes espaços de democracia participativa sejam de fato espaços de controle social. Assim, não basta apenas instituir o Conselho, ou aprová-lo na Legislação Municipal ou Estadual. É necessário que o processo de criação se faça de maneira coletiva e com o envolvimento de todos os atores (docentes, não docentes, poder público, comunidade).

Ao analisar-se o termo “Conselho”, chega-se à seguinte definição: parecer, juízo, opinião ou reunião de pessoas para tratar de um determinado assunto. Assim quando se

instituí na área da educação o mecanismo dos Conselhos, cria-se espaços onde a sociedade, coletivamente, pode instituir políticas que sejam perenes e não dependam do administrador de plantão.

Em um estudo nacional realizado pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) no ano de 1999, em vários estados, ficou comprovado que as escolas que adotaram os mecanismos de participação da comunidade através dos Conselhos Escolares, os índices de evasão e repetência, além aspectos da qualidade se mostraram melhores do que onde este espaço não foi constituído. Então, pode-se dizer que através da participação da comunidade escolar nos destinos da instituição, além do exercício a cidadania, promove-se também o resgate da boa qualidade da educação pública.

A estrutura do Conselho Escolar em seu caráter democrático, traz a representação dos vários segmentos pertencentes à comunidade onde a escola está inserida. Por si só, esta estrutura já denota uma riqueza de representações e prepara o ambiente escolar para a vivência de uma Gestão Colegiada na esfera do Público.

O sentir-se parte de um processo e de um local que até pouco tempo atrás, era tido como sagrado, ou então visto como um local em que se podia deixar (largar) os filhos, ou ainda um local onde pouco se podia contribuir, visto que ali estavam os donos do saber (e suas ações eram e ainda são encaradas como incontestáveis), nos dá a dimensão dos obstáculos a serem transpostos na construção da democracia participativa no ambiente escolar.

Todas estas considerações são facilmente constatáveis, nas conversas com os pais e professores das escolas.

Assim, o Conselho Escolar, surge com esta tarefa, de fazer a aproximação dos mais variados segmentos da comunidade em torno da tarefa de educar e é neste sentido que se reforça a importância da apropriação do Projeto Político Pedagógico da escola pelos seus integrantes, na perspectiva de discuti-lo, adotá-lo ou reelaborá-lo de acordo com a educação que a comunidade necessite.

Como esta tarefa é essencialmente política, cabe ao Coordenador deste coletivo encaminhá-la da melhor maneira possível, legitimando todas as intervenções. Fazendo assim, de cada interlocutor um agente político e não um mero espectador no processo.

Sabe-se que o ambiente escolar, intuitivamente ou propositalmente, reflete as contradições da sociedade. As diferenças de classe, gênero, raça, o status social é transposto aos muros escolares e com isso as relações pessoais e de trabalho se pautam

por estas diferenças. O Conselho por ter a sua composição sujeitos diversos da comunidade, também traz consigo essas diferenças. O papel formativo do Conselho deve ser uma tarefa prioritária para os seus integrantes. Construir a Escola que se deseja, para a sociedade com a qual se sonha, é a tarefa primeira desta instituição.

Construída esta visão de sociedade e de educação, fica mais fácil trabalhar e transpor as diferenças individuais, as necessidades específicas dos seus membros e as contradições impostas pelo mundo do trabalho numa sociedade capitalista.

Outro fator importante na dinâmica de funcionamento do Conselho, está na socialização das informações dos temas debatidos com a comunidade que se representa. Fato este que aproxima cada vez mais o ambiente escolar da comunidade que o rodeia.

Funcionamento do Conselho Escolar – Poderão ser eleitos conselheiros: pais – professores – membros da equipe pedagógica – funcionários – alunos – representantes da comunidade – diretores.

Os conselheiros serão eleitos por seus pares, com um membro titular e um suplente.

O Conselho Escolar funcionará através de reuniões periódicas (mensais) convocadas e coordenadas pelo diretor da escola.

Nas reuniões os conselheiros procederão conforme as necessidades evidenciadas, seguindo um roteiro pré-estabelecido para que os trabalhos aconteçam de forma organizada e objetiva, de forma a não se estenderem desnecessariamente prejudicando os seus membros. Nelas, os conselheiros irão discutir problemas, propor ações, planejar, sugerir, reclamar e, ao final encaminhar idéias e propostas para a melhoria da escola em todos os sentidos.

Além dessa, outras atribuições dos conselheiros são:

- *Analisar, Avaliar, acompanhar e aprovar a Proposta Pedagógica da escola;*
- *analisar, aprovar e acompanhar o plano anual da escola;*
- *analisar projetos propostos pela comunidade escolar, no sentido de avaliar sua necessidade de implantação e aprová-los, se for o caso.*
- *definir, aprovar e acompanhar o plano anual de aplicação financeira e a prestação de contas de todos os recursos recebidos pela escola;*
- *apreciar, emitir pareceres e deliberar quanto às reivindicações e consultas da comunidade escolar;*
- *orientar e acompanhar a direção da escola, deliberando em conjunto sobre quaisquer problemas e situações.*

-

Outras atribuições, direitos, deveres dos conselheiros, além de disposições gerais e transitórias do funcionamento escolar, estão explicitados no Estatuto do Conselho Escolar.

O Estatuto do Conselho Escolar deve estar incluído no Regimento Escolar.

Associação de Pais e Mestres

A Associação de Pais e Mestres é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com atuação junto à escola, e regida por estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembleia Geral, convocada especificamente para este fim.

A associação tem por finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público – comunidade – escola – família.

Constitui finalidade específica da APM a conjunção de esforços, a articulação de objetivos e a harmonia de procedimentos, o que a caracteriza principalmente por:

- *interagir junto à Escola como instrumento de transformação de ação, promovendo o bem estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social;*
- *promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares;*
- *contribuir para solução de problemas inerentes à vida escolar, estabelecendo e preservando uma convivência harmônica entre os pais ou responsáveis legais, educadores, alunos e funcionários da Escola e membros da comunidade local;*
- *cooperar na conservação do prédio e equipamentos da unidade escolar;*
- *administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da APM, os recursos provenientes de repasses, subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade;*

Avaliação Institucional

Não basta somente realizar a avaliação da produção do aluno. É necessário realizar

avaliações da escola em seus aspectos: institucionais, físicos, materiais, pedagógicos, humanos, a atuação dos professores e dos demais profissionais da escola, as condições de trabalho destes, os serviços oferecidos pela escola como lanche, material escolar, a inserção da escola na comunidade, o regimento escolar e a proposta pedagógica, a organização curricular.

A avaliação institucional foi pensada como um meio privilegiado de induzir a mudanças, no plano dos atores-sujeitos e no plano das estruturas de poder, criando uma cultura de avaliação, incorporando-a ao dia a dia da Instituição, rotinizando-a.

Para isso, delineou-se uma estratégia em duplo movimento: num sentido, a avaliação aproxima-se gradualmente e com contundência crescente de cada ator-sujeito do processo de ensino-aprendizagem e de cada instância burocrática, pelo aprimoramento dos instrumentos, das técnicas, mas, sobretudo, pelo discernimento da relevância de cada elemento ou aspecto focado, pelo coletivo da escola. O objetivo da avaliação institucional começa a cumprir-se à medida em que ninguém e nenhuma instância sente-se indiferente à mesma, tendo necessidade de responder criticamente, quer seja pela sua contestação, quer seja pela incorporação de mudanças sugeridas, quer seja confirmando o acerto do fazer e do rumo escolhido. Obviamente, esse processo não é linear.

O outro movimento consiste no alargamento e no aprofundamento do alcance do processo de auto-avaliação, buscando, tanto quanto possível realizar o trabalho coletivo, explicitando as conexões entre as partes e entre o(s) conjunto(s) e as partes desse coletivo.

Para encaminhar a Avaliação Institucional é necessário instituir uma Comissão de Avaliação Institucional que tem como objetivo principal criar uma cultura de avaliação, com vistas a mudanças no fazer pedagógico, com o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, tendo o entendimento de que tudo pode ser indicador de qualidade ou de não qualidade.

Em razão disso, a Comissão deve integrar e considerar todos os elementos que, de uma forma ou outra, podem contribuir para uma maior compreensão da realidade institucional. Partindo do pressuposto de que a criação de cultura era e é uma possibilidade objetiva, ainda que de médio e longo prazos, desde que o processo seja

iniciado e não sofra retrocessos ou interrupção. Isto porque a criação de cultura é uma questão, também, de tempo. É necessário e importante colocar o processo de avaliação na condição de rotina. Será necessário ainda que não seja neutro, que não deixe ninguém indiferente, nem excluído de seu contexto e, gradativamente, incorpore novos elementos ao processo, bem como novas dimensões e funções. À medida em que o processo de avaliação vai evoluindo, e em função dos resultados, o coletivo da escola passa a dar-lhe mais atenção e valorização. Hoje, a posição é muito firme na sua defesa e de confiança no trabalho empreendido e tem sido crescente a percepção de seu valor estratégico, sobretudo para detectar pontos problemáticos.

A Avaliação Institucional, portanto, não pode correr o risco de perder credibilidade e legitimidade, pela incapacidade da escola de transformar seus resultados em ações. Apesar de haver uma consciência de que a avaliação é um direito e um instrumento de que dispõem para pressionar por mudanças, paira sobre a avaliação institucional o fantasma de naufragar em um mar de promessas não cumpridas. Aqui, seguramente, a incapacidade de dar conta desse *deficit*, por omissão, por acomodação, por falta de discernimento dos dirigentes, ou por quaisquer outras razões, se constitui na maior ameaça ao futuro da avaliação institucional.

Fazendo uma síntese, cresce o entendimento de que a avaliação se constitui, potencialmente, numa ferramenta poderosa no sentido de contribuir para a melhoria do trabalho realizado na escola, do desempenho de cada ator-sujeito do processo. À medida em que a avaliação vai agregando novas dimensões, sem abrir mão dos espaços já conquistados, seu poder de indução de mudanças aumenta e passa a ser sentida mais fortemente como necessidade, sobretudo para aqueles que ocupam cargos de direção e precisam decidir.

A sensibilização deve ser colocada como a primeira etapa ou pré-etapa e, a rigor, precisa estar presente o tempo todo e todos os passos dados devem se constituir num elemento de re-sensibilização, de re-motivação. E isto porque, a cada ano, ingressa um expressivo contingente de alunos, de novos funcionários, professores saem e outros entram no quadro e isto é uma realidade que se impõe com força. Em suma, face à dinâmica institucional, cada resultado deve se constituir num reforço ao processo, num elemento de conscientização e de sensibilização. Os resultados representam um potencial ímpar de sensibilização. Sendo assim, é o próprio processo que se retroalimenta.

A construção e reconstrução contínua de um plano estratégico, global e setorial, embasado nos resultados da avaliação, é um indicador-maior de que o processo está na direção certa. Isto porque o processo institucional precisa ser governado pelo plano estratégico e não pelas circunstâncias

Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada escola que deve ser composta por representantes de: alunos, professores, pais, funcionários, direção, coordenação, secretaria municipal de educação, conselho escolar. As definições quanto à quantidade de membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização, serão definidos pela SME pelas escolas.